

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em
Economia FEA/PUC-SP



Núcleo de Estudos do Futuro



PUC . SP . Brasil



SUSTENTABILIDADE

ODS 1

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Disciplina Sustentabilidade 1s 2019

Turma: ADM-NB9

Prof. Dr. Arnaldo José de Hoyos Guevara

Cláudia Menezes, Gabriella Borges, Kerolayne Costa

São Paulo

2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1. O QUE É A ODS SOBRE A ERRADICAÇÃO DA POBREZA ..	3
1 - O Que é Pobreza?	4
1.1 - A Erradicação da Pobreza no Brasil	6
1.1.2 - Objetivos da ONU	7
1.1.2.1 - Objetivos das ODS	9
1.2 - Práticas que Estão Contribuindo para a Aproximação da Erradicação	13
1.2.1 - Projetos Feitos no Brasil	16
1.2.1.1 - Desafio para 2030	17
1.2.2 - Projetos pelo Mundo	17
CAPÍTULO 2. A ERRADICAÇÃO DA POBREZA COM A SOCIEDADE	19
2 - Como a Sociedade é Influenciada	19
2.1 - O Papel da Sociedade na Erradicação da Pobreza	22
2.2 – Como a Pobreza Excluem Crianças e Adolescentes	26
2.2.1 - De Menores de Idade para Sujeitos de Direito	28
2.2.2 – Escola: Solução ou Reprodução?	29
2.2.3 - Papel da Desigualdade como Influenciador para Fome	31
2.3 - As Responsabilidades do Estado	31
CAPÍTULO 3. FORMAS DE CONSCIENTIZAR O CIDADÃO	34
3 - Cidadania e Direitos Humanos em Prol da Erradicação	35
3.1 - Como Influenciam as Pessoas	38
3.2 - Contribuição Individual do Cidadão Auxilia a Sociedade	43
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), erradicação da pobreza é a primeira das ODS, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Sendo que, as ODS são compostas de 17 de objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030 pelos países membro da ONU.

E o princípio desta ODS, baseia-se em “reduzir pelo menos à metade, até 2030, a proporção de homens, mulheres e crianças que vivem na pobreza extrema, em todas as suas dimensões” (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Embora, o objetivo da 1ª ODS ser amplo, se faz necessária à contextualização, isto é, adaptar se à realidade local. Pois, o cenário é diferente em cada uma das áreas analisadas. Por exemplo, o Brasil tem uma estrutura que se diferencia de países da Europa, cujo desenvolvimento, geralmente, é mais perceptível.

Além do mais, a erradicação da pobreza está alinhada a outras esferas, como a diminuição da desigualdade social, ou seja, o esforço global para erradicar a pobreza deve estar relacionado com a questão social.

CAPÍTULO 1. O QUE É A ODS SOBRE A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Na última década, mais de 36 milhões de pessoas deixaram a pobreza crônica e multidimensional no Brasil, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em 2005, aproximadamente 7% da população não tinha acesso adequado à saúde, educação, habitação e bens e serviços essenciais. Em 2014, esse número caiu para 1%.

A erradicação da pobreza, deve se correlacionar a outros princípios, tais como: crescimento econômico e a sustentabilidade, que forma um tripé para construção de um planeta mais sustentável, dentro da agenda 2030. E para o cumprimento dos Objetivos Globais e a erradicação da pobreza, a participação de governos, setor privado, academia e sociedade civil são fundamentais (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Em outras palavras, a pobreza está associada a desigualdades e, para alcançar um nível sustentável de desenvolvimento, é essencial trabalhar com esses dois conceitos de forma integrada (BURSTYN, 2016).

As ações para erradicar as pobreza são diversas, e, podemos destacar uma que foi implantado no Brasil, o Bolsa Família; programa de proteção social que visa a transferência de renda. Mas, este programa precisa estar alinhado a outras questões de cunho social.

1 - O Que é Pobreza?

Para Chambers (2006), a construção do significado do conceito de pobreza depende de três fatores: quem efetua a pergunta, como esta é entendida e, por fim, como esta é respondida. Desta forma, pode-se considerar que a definição de pobreza é nebulosa, relativa e complexa. Sobretudo, trata-se de um conceito em construção, cujos pressupostos diferem de acordo com os valores e princípios sociais compartilhados (AZEVEDO; BURLANDY, 2010). Rocha (2006) corrobora o entendimento de que a pobreza é um fenômeno complexo, contudo a conceitua como uma situação na qual as necessidades dos indivíduos não são atendidas de forma adequada. Assim, diz-se que a definição de pobreza está associada à análise do padrão de vida dos indivíduos e na forma como suas demandas são atendidas frente a determinado contexto socioeconômico.

Vale destacar que as múltiplas abordagens da pobreza contemplam conceitos monetários, não monetários e sociais, incluindo direitos, representatividade e liberdade dos indivíduos. É necessário conhecer o aspecto sistêmico destes conceitos para que se possam compreender as perspectivas plurais desenvolvidas por pesquisadores e suas consequentes divergências, especialmente no que tange aos esforços em mensuração dos graus de pobreza de uma sociedade (SEN, 2010). Townsend (2006) salienta que, desde a década de 1880, três concepções alternativas de pobreza têm evoluído como base para o trabalho internacional e comparativo. Estas concepções embasam-se principalmente nas ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa.

Vale destacar que as múltiplas abordagens da pobreza contemplam conceitos monetários, não-monetários e sociais, incluindo direitos, representatividade e liberdade dos indivíduos. É necessário conhecer o aspecto sistêmico destes conceitos para que se possa compreender as perspectivas plurais desenvolvidas por pesquisadores e suas consequentes divergências, especialmente no que tange aos esforços em mensuração dos graus de pobreza de uma sociedade (SEN, 2010). Townsend (2006) salienta que, desde a década de 1880, três concepções alternativas de pobreza têm evoluído como base para o trabalho internacional e comparativo. Estas concepções embasam-se principalmente nas ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa.

Vale destacar que as múltiplas abordagens da pobreza contemplam conceitos monetários, não-monetários e sociais, incluindo direitos, representatividade e liberdade dos indivíduos. É necessário conhecer o aspecto sistêmico destes conceitos para que se possa compreender as perspectivas plurais desenvolvidas por pesquisadores e suas consequentes divergências, especialmente no que tange aos esforços em mensuração dos graus de pobreza de

uma sociedade (SEN, 2010). Townsend (2006) salienta que, desde a década de 1880, três concepções alternativas de pobreza têm evoluído como base para o trabalho internacional e comparativo. Estas concepções embasam-se principalmente nas ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa.

O conceito de necessidades básicas desempenhou um papel proeminente nos planos nacionais de desenvolvimento promovidos pela comunidade internacional, especialmente os agenciados pela Organização das Nações Unidas. Outrossim, é a partir desta perspectiva que se explicita o caráter multidimensional da vida humana e do próprio fenômeno da pobreza. Da mesma forma, é sob esta mesma concepção que se asseveram as indagações sobre como proceder com a eleição de quais são as necessidades básicas de cada sociedade, considerando suas especificidades, já que estas variam de uma localidade para outra (AZEVEDO; BURLANDY, 2010).

Ao final do século XX, uma terceira conceptualização da pobreza foi desenvolvida, a saber, a de privação relativa. O termo relatividade aplica-se tanto à privação da renda quanto à privação de outros recursos materiais e de acesso aos serviços sociais. Como resultado desta abordagem, pobres são os indivíduos desprovidos de renda e de outros tipos de recursos, que permitem com que tenham uma condição de vida adequada. Portanto, incluem-se na análise as condições necessárias para que os indivíduos participem das atividades da vida em sociedade, cumpram suas obrigações e estabeleçam relações sociais (TOWNSEND, 1979; 2006).

Ressalta-se que a noção de pobreza relativa é estabelecida em consonância ao contexto social dos indivíduos, ponderando-se o padrão de vida e a maneira como suas diversas necessidades são contempladas em uma dada realidade socioeconômica. Desse modo, a pobreza relativa é estabelecida por comparação: o fenômeno é entendido como um estado de carência relativamente a outras situações sociais com que é confrontado (CODES, 2008). Rocha (2006) elucida que o exercício da definição da pobreza relativa está diretamente relacionado ao ato de delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos. Portanto, a pobreza relativa vincula-se frequentemente ao grau de distribuição de renda e costumes de determinada localidade. Como exemplo da definição de linha de pobreza relativa, cita-se o parâmetro estabelecido pelos países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para OCDE, a linha de pobreza é calculada através do critério “50% do valor da mediana da renda per capita”. Dessa forma, a quantidade de pobres existente em determinada sociedade está sempre associada à distribuição de renda do próprio país.

Codes (2008) evidência que a formulação do significado da pobreza relativa é consequência do reconhecimento, por parte dos pesquisadores, da interdependência entre o fenômeno da pobreza e as estruturas social e institucional vigentes. Esta mudança de perspectiva traduz-se na consideração de um maior conjunto de indicadores observáveis de privações sociais e materiais, além da avaliação da relação entre as distintas privações ao longo do tempo e sob as condições territoriais influentes sobre o fenômeno.

O enfoque da privação relativa evoluiu substancialmente com as contribuições do indiano Amartya Sen, vencedor do prêmio Nobel de Economia no ano de 1999. Sua abordagem introduz variáveis amplas e de múltiplas origens, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Sob esta concepção, ser pobre não implica apresentar somente privação material ou privação de renda, mas também privações no tocante ao posicionamento como cidadãos na sociedade (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Nas próximas subseções, discute-se com maior propriedade a noção de pobreza desenvolvida por Amartya Sen e os desafios de operacionalização deste conceito multidimensional e plural.

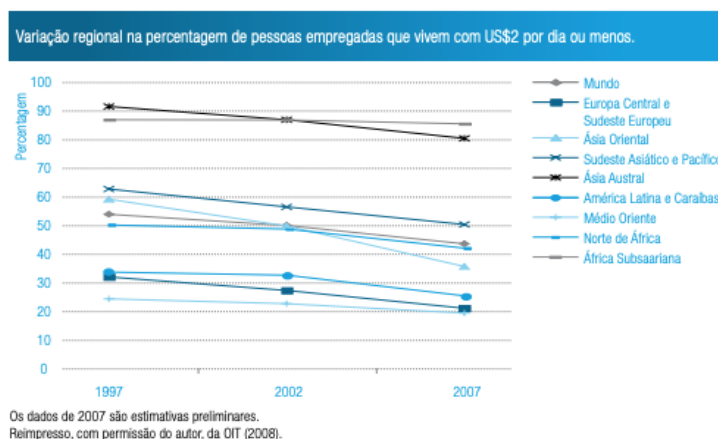


Figura 1. Variação Regional – Porcentagem de Pessoas Empregadas
Fonte: OIT 2008

1.1 - A Erradicação da Pobreza no Brasil

“O Brasil inovou em proteção social associada à redução da pobreza, ao inserir um imenso contingente de pessoas na política de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Família. Foi seguido por vários países e, sem dúvida, promoveu-se uma formidável redução da pobreza extrema, ainda que não tenha sido reduzida a desigualdade. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abrem uma oportunidade para integrar as três dimensões do

desenvolvimento: proteger a economia, as pessoas e o ambiente de forma sinérgica” (BURSTYN, 2016).

No setor privado, o desenvolvimento de projetos inclusivos, focados no empoderamento dos trabalhadores e das regiões afetadas pelas atividades das empresas, contribui para a erradicação da pobreza. Um exemplo é o desenvolvimento de cisternas de plástico, pela Braskem, para levar água aos habitantes do semiárido nordestino. Aproximadamente cinco milhões de habitantes possuem, agora, acesso à água de qualidade para o consumo.

“Além do investimento e geração de empregos diretos e indiretos, o fortalecimento do uso da mão de obra local colabora com o ODS da erradicação da pobreza. Com a oferta de soluções de produtos e serviços, apoiamos o desenvolvimento da sociedade, como foi o caso das cisternas no semiárido. Na área de investimento social, com o projeto Ser+ realizador, apoiamos a inclusão de mais de três mil catadores de recicláveis, apoiando a gestão e fomentando as melhorias das instalações das cooperativas, o que gerou o aumento da renda”, afirma o diretor de desenvolvimento sustentável da Braskem, Jorge Soto.

1.1.2 - Objetivos da ONU

Como já mencionado anteriormente, a erradicação da pobreza está na Agenda 2030, que é um documento que objetiva orientar as nações do planeta rumo ao desenvolvimento sustentável, além de erradicar a pobreza extrema e reforçar a paz mundial. Para que isso aconteça, são sugeridos diversos programas e ações a serem desenvolvidos pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), no período de 2016 a 2030.

Na 1º ODS, o objetivo principal é "Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares", mas há um detalhamento de como alcançar esta ODS, por meio de algumas resoluções, são elas:

- Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente há pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia;
- Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;
- Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;
- Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a

serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro finanças;

- Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;
 - Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;
 - Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza. (NAÇÕES UNIDAS, 2015)



Figura 2. Objetivos da ONU
Fonte: Associação Brasileira de Municípios (ABM)

Ademais, a pobreza gera impactos de longo prazo, por exemplo, segundo relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontou que uma criança brasileira pobre levaria nove gerações para atingir renda média. Por isso, é essencial que tenhamos um olhar sistêmico para o problema (RIBEIRO, 2018).

Um dos princípios colocados pela Agenda 2030 é que ninguém seja deixado para trás. Isso exige um cuidado muito específico com as regiões do país que apresentam os piores indicadores, uma vez que melhorar a média nacional não será suficiente.

Em outras palavras, se faz necessário uma análise regional da pobreza, isto é, entender as particularidades de cada região do país. Por exemplo, as regiões norte e nordeste historicamente "sofrem" de maneira mais intensa com a pobreza, e, por conseguinte, a desigualdade.

De acordo com o relatório dos resultados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil foi um dos países que mais contribuíram para o alcance da meta proposta pelo primeiro dos oito objetivos da ONU até 2015: acabar com a pobreza extrema e com a fome (RIBEIRO, 2018).

Conforme publicação da Fundação Abrinq, enquanto o mundo conseguiu reduzir a pobreza extrema pela metade – de 47%, em 1990, para 22%, em 2012 – o Brasil, no mesmo período, erradicou a fome e fez com que a população extremamente pobre do país caísse de 25,5%, em 1990, para 3,5%, em 2012. No ano de 2015, quase 14 milhões de famílias estavam inscritas no Programa Bolsa Família (RIBEIRO, 2018).

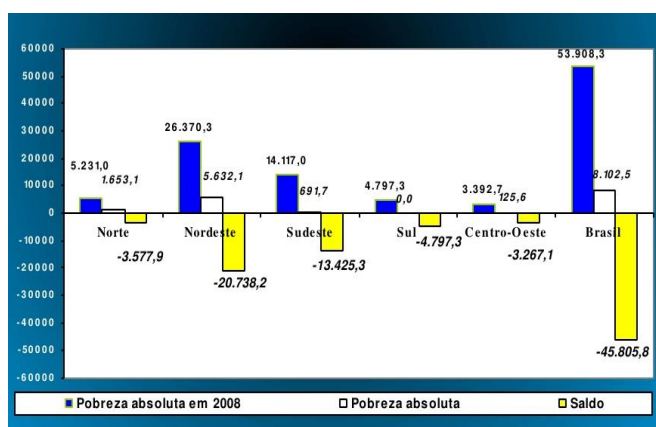


Figura 3. Brasil: projeção de pobres em 2016 (em milhão)
 Fonte: IBGE – PNAD (Elaboração Ipea)

Segundo gráfico do IBGE, a projeção de pobres em 2016 gerou um saldo negativo, em relação a 2008. Isto é, a pobreza, em números absolutos, está diminuindo gradativamente, porém, se faz necessário uma ação de natureza holística com as demais ODS.

Ou seja, a erradicação da pobreza deve estar engajada com a questão social, a desigualdade. Em outras palavras, a transferência de renda não deve ser uma ação isolada e, sim, em consonância com o tripé, supracitado, crescimento econômico e a sustentabilidade.

1.1.2.1 - Objetivos das ODS

Para explicitar a importância da ODS tratada nesse trabalho é importante inseri-la em um contexto, pois junto com a elaboração desta meta no dia 25 de setembro, durante a

Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), seus 193 Estados membros aprovaram, por unanimidade, uma nova agenda global para os próximos quinze anos, baseada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subdivididos em 169 metas concretas que serão monitoradas por 300 indicadores. Os ODS foram traçados de forma abrangente, a partir da participação de diversos *stakeholders* e consultas em mais de 100 países, o que lhes confere uma legitimidade e amplitude sem precedentes. Para se ter uma ideia, mais de 8,5 milhões de pessoas foram ouvidas pelas Nações Unidas, presencialmente ou via web.

- **1. Erradicação da pobreza:** Erradicar a pobreza em todas as suas formas segue sendo um dos principais desafios que enfrenta a humanidade. Enquanto o número de pessoas vivendo em extrema pobreza caiu mais da metade em 1990 e 2015 – de 1.9 bilhão para 836 milhões –, muitos ainda sofrem para satisfazer necessidades básicas.

Em nível mundial, mais de 800 milhões de pessoas ainda vivem com menos de US\$ 1,25 por dia, muitos carecem de acesso a alimentos, água potável e saneamento adequado. O crescimento econômico acelerado de países como China e Índia tiraram milhões de pessoas da pobreza, mas o progresso tem sido desigual. Mulheres estão mais sujeitas a viverem na pobreza do que os homens, devido a falta de acesso a trabalhos remunerados, educação e prosperidade.

O progresso também foi limitado em outras regiões, como o Sul da Ásia e a África subsaariana, que são responsáveis por 80 por cento das pessoas que vivem em pobreza extrema. Novas ameaças que são resultados da mudança do clima, conflitos e insegurança alimentar significam que mais trabalho é necessário para tirar as pessoas da pobreza.

Os ODS são um comprometimento ousado para finalizarmos o que começamos e acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões até 2030. Isso envolve focar-nos mais vulneráveis, aumentar o acesso básico a serviços e apoiar comunidades afetadas por conflitos e desastres relacionados ao clima.

- **2. Fome Zero e agricultura sustentável:** Essa ODS tem a meta de acabar com todas as formas de fome e a má-nutrição até 2030, garantindo que todas as pessoas – especialmente as crianças – tenham acesso suficiente a comidas nutritivas durante todo o ano. Isso envolve promover práticas agrícolas sustentáveis, apoiar pequenos agricultores e garantir acesso igualitário à terras, tecnologia e mercados. Também requer cooperação internacional para garantir investimentos em infraestrutura para apoiar a produção agrícola. Junto com outros objetivos, podemos acabar com a fome em 2030.

- **3. Saúde e bem-estar:** Apesar do incrível progresso, mais de seis milhões de crianças continuam morrendo, anualmente, antes de completarem o quinto aniversário. Essas mortes podem ser evitadas por meio da prevenção e do tratamento, educação, campanhas de imunização e cuidados de reprodução sexual. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecem um comprometimento ousado para acabar com a epidemia de AIDS, tuberculose, malária e outras doenças transmissíveis até 2030.

O foco é alcançar o acesso universal à saúde, fornecer acesso a medicamentos acessíveis e de qualidade e vacina para todas e todos. Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas é parte essencial desse processo.

- **4. Educação de qualidade:** Alcançar a educação de qualidade e inclusiva para todas e todos reafirma a crença de que a educação é a mais poderosa ferramenta para o desenvolvimento sustentável. Esse objetivo garante que meninas e meninos completem, gratuitamente, as escolas primária e secundária até 2030. Também oferece acesso igualitário e a baixo custo para formação profissional para eliminar a disparidade de riquezas, e alcançar o acesso universal para uma educação de qualidade.
- **5. Igualdade de gênero:** Os ODS buscam ampliar os alcances já feitos para garantir que acabe a discriminação com mulheres e meninas em todas as partes. Ainda há grandes desigualdades no mercado de trabalho em algumas regiões, sendo negado, frequentemente, o direito às mulheres do igual acesso aos trabalhos. Violência e exploração sexual, a divisão desigual sobre as obrigações domésticas e a discriminação pública continua como grandes barreiras a serem vencidas.
- **6. Água potável e saneamento:** Garantir o acesso universal e seguro à água potável até 2030 requer investimento em infraestrutura adequada, acesso a saneamento e fomentar a higiene em todos os níveis. Proteger e recuperar ecossistemas que vivem dependem da água como florestas, montanhas, pântanos e rios é essencial se nós queremos mitigar a escassez de água. Uma maior cooperação internacional também é necessária para fomentar e apoiar o uso correto da água por meio do tratamento adequado, com a colaboração da tecnologia, em países em desenvolvimento.
- **7. Energia acessível e limpa:** Garantir o acesso universal à energia e a um preço justo até 2030 significa investir em fontes de energia limpa, como a energia solar, eólica e térmica. Adotar padrões de custos sustentáveis para uma vasta gama de tecnologia também pode reduzir o consumo global de energia em 14 por cento. Isso significa 1300 centrais elétricas a menos no planeta. Expandir a infraestrutura e modernizar a

tecnologia para fornecer energia limpa em todos os países em desenvolvimento é um objetivo crucial para que o crescimento econômico colabore com o meio ambiente.

- **8. Trabalho decente e crescimento econômico:** Os ODS promovem o crescimento econômico sustentável, maiores níveis de produção e a inovação tecnológica. O empreendedorismo será fundamental para criarmos vagas de trabalho, assim como medidas efetivas para erradicar o trabalho forçado, a escravidão e o tráfico de humanos. Com essa perspectiva, o objetivo é alcançar o pleno emprego e o trabalho decente para todas as mulheres e homens até 2030.
- **9. Indústria, inovação e infraestrutura:** O progresso tecnológico é chave para encontrarmos soluções definitivas para desafios econômicos e ambientais, assim como gerar novos empregos e promover a eficiência energética. Promover indústrias sustentáveis e investir em pesquisa científica e inovação são formas importantes de facilitar o desenvolvimento sustentável.
- **10. Redução das desigualdades:** A desigualdade de renda é um problema global e requer soluções globais. Isso envolve melhorar a regulação e monitorar os mercados financeiros e as instituições, encorajando a assistência ao desenvolvimento e o investimento internacional direto em regiões mais necessitadas. Facilitar a migração segura e a mobilidade de pessoas também é chave para diminuir as desigualdades.
- **11. Cidades e comunidades sustentáveis:** A pobreza extrema é frequentemente concentrada em espaços urbanos e governos nacionais e locais sofrem para acomodar a população crescente nessas áreas. Tornar as cidades mais seguras e sustentáveis significa garantir o acesso a moradias adequadas e a preços acessíveis e melhorar a qualidade de áreas degradadas, principalmente das favelas. Também envolve investimento em transporte público, criação de espaços verdes e melhoria no planejamento urbano e no gerenciamento de forma participativa e inclusiva.
- **12. Consumo e redução sustentável:** O gerenciamento eficiente dos nossos recursos naturais compartilhados, e a forma que nós descartamos lixo tóxico e poluentes, são importantes metas para alcançarmos esses objetivos. Estimular indústrias, setor privado e consumidores a reciclar e reduzir o desperdício é igualmente importante, assim como apoiar os países em desenvolvimento a alcançarem uma economia de baixo consumo até 2030.
- **13. Ação contra a mudança global do clima:** Ajudar regiões mais vulneráveis, assim como países sem saída para o mar, países menos desenvolvidos e pequenas ilhas em desenvolvimento, a se adaptarem à mudança do clima deve ser compromisso

fundamental nos esforços para integrar políticas de redução de desastres em estratégias nacionais. Isso ainda é possível, com coordenação política e apoio da tecnologia, para limitar o aumento da temperatura global do planeta em até 2° Celsius até 2050. E isso requer ações coletivas urgentes.

- **14. Vida na água:** Os ODS garantem o gerenciamento sustentável e a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros, assim como combater os impactos da acidificação dos oceanos. Intensificar a conservação e o uso dos recursos marítimos por meio de leis internacionais também irá colaborar com a mitigação dos desafios para termos oceanos limpos e sustentáveis.
- **15. Vida terrestre:** Os ODS buscam conservar e restaurar o uso do ecossistema terrestre, como das florestas, pântanos, zonas secas e montanhas até 2020. Deter o desmatamento também é vital para mitigar o impacto da mudança do clima. Ações urgentes precisam ser tomadas para reduzir a perda de ambientes naturais e biodiversidade, que são parte do nosso patrimônio comum.
- **16. Paz, Justiça e instituições eficazes:** Os ODS buscam reduzir significativamente todas as formas de violência e trabalhar com governos e comunidades para encontrar soluções duradouras para conflitos e insegurança. Fortalecer o estado de direito e a promoção dos direitos humano é essencial para esse processo, assim como reduzir o tráfico de armas ilícitas e fortalecer a participação de países em desenvolvimento em instituições de governança global.
- **17. Parceria e meios de implementação:** Os ODS buscam aprimorar a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul com o apoio a planos nacionais para o alcance de todos os Objetivos. Promover o comércio internacional e ajudar países em desenvolvimento a aumentar suas exportações é parte essencial para alcançarmos um sistema universal de comércio que seja justo e aberto para todos.

1.2 - Práticas que Estão Contribuindo para a Aproximação da Erradicação

O objetivo da ONU é reduzir até a metade de 2030 a porção de homens e mulheres que vivem na extrema pobreza. De acordo com as realidades nacionais, cada país deverá assumir o compromisso de cumprir a meta e colaborar com o desenvolvimento local.

No Brasil, o tema faz parte da agenda de trabalho de diversos segmentos: governo, setor privado, academia e sociedade civil organizada. Na última década, mais de 36 milhões de pessoas deixaram a pobreza crônica e multidimensional no Brasil, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em 2005, aproximadamente 7% da

população não tinha acesso adequado à saúde, educação, habitação e bens e serviços essenciais. Em 2014, esse número caiu para 1%.

Com o propósito de avançar em seu principal objetivo a ONU decidiu que para a conquista tão sonhada foi necessário não tratar a pobreza como um fenômeno natural.

A ONU acredita que o Estado tem um papel fundamental para a conquista dessa meta não só aportando ações como a construção de um piso social, como é o caso da Bolsa Família o Brasil.

A ODS 1 estabelece que a mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, incluindo a cooperação para o desenvolvimento, é essencial ao cumprimento das metas. Outro foco é a construção da resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, com acesso às novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo micro finanças.

O alcance dessa meta formaria o tripé para a construção de um planeta mais sustentável nos próximos 15 anos.

Para o cumprimento dos Objetivos Globais e a erradicação da pobreza, a participação de governos, setor privado, academia e sociedade civil são fundamentais.

Para Jeffrey D. Sachs, Autor de o “Fim da Pobreza” e Diretor do Instituto Columbia e assessor especial do secretário geral da ONU para as Metas de Desenvolvimento do Milênio, há duas medidas que são essenciais e de extrema importância para o cumprimento da meta da ONU. São elas:

- **Mindset Imaginação moral de cada indivíduo:** Significa ter o conhecimento e a experiência que há realmente países que vivem na extrema pobreza. Sentir essa realidade com os próprios olhos faz com que vire uma responsabilidade para cada indivíduo.
- **2. Mudança das estruturas que causam a extrema pobreza:** Como por exemplo- Há plantadores de algodão na África que vivem na extrema pobreza devido aos subsídios dados aos produtores americanos e europeus. O que faz com que o algodão venha a valer menos do que os custos de produção.

Fortalecendo os pontos apontados por Sachs, a estratégia da ONU é buscar incluir as áreas nas quais os Objetivos do Milênio fracassaram. A começar pelo problema da desigualdade.

A meta neste caso é que o progresso "não deixe ninguém para trás", segundo ressaltou nesta segunda-feira o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em entrevista coletiva.

Entre outras coisas, as Nações Unidas querem acabar com "todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas" e garantir que ninguém seja marginalizado por idade, cor da pele, etnia, origem ou religião.

A ONU visa fazer com que a renda das classes mais desfavorecidas cresça a um ritmo maior que a média, a fim de reduzir as enormes disparidades econômicas vividas em muitos países.

A nova agenda também dá mais atenção à proteção do planeta, com campanhas contra a mudança climática, para um uso sustentável dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas marítimos e terrestres.

Segundo Ban, os objetivos têm as pessoas como foco, mas são "sensíveis com o planeta".

Ao todo, a estratégia inclui 17 grandes objetivos e 169 metas mais concretas, número bastante superior ao das bases dos Objetivos do Milênio.

Isso ocorre, em grande parte, porque desta vez todos os países do mundo puderam participar do processo de negociação, que no ano 2000 havia sido mais restrito.

Embora a ONU tenha dito que ainda é cedo demais para saber exatamente quanto custará para a implementação da estratégia, as estimativas apontam a que nos países em vias de desenvolvimento seria preciso investir entre US\$ 3,3 trilhões a US\$ 4,5 trilhões ao ano, quantias muito superiores aos cerca de US\$ 1,4 trilhões atualmente dedicados a esse fim.

Com o objetivo de dispersar o conhecimento da ODS o Projeto "Todo mundo" (*Project Everyone*, em inglês) desenvolvida pelo cineasta Richard Curtis em parceria com a ONU estão espalhando as causas da Extrema Pobreza e medidas de prevenção em Sites, TVs, rádios, mídias sociais, mídia impressa, telas em locais públicos, caixa de leite, quadro de anúncio, newsletters, cinemas e redes de telefonia móvel.

As mensagens buscam sensibilizar e envolver o maior número possível de pessoas para que propaguem a missão da campanha e alerte políticos para a necessidade de resolver grandes questões da humanidade o quanto antes.

"A melhor chance para as metas globais da ONU serem cumpridas é se todos estiverem cientes delas, e é aí onde o Projeto Todo Mundo entra, juntamente com o apoio dos seus muitos parceiros" (CURTIS, Richard)

Como um exemplo dessa comunicação desenvolvida por Curtis no Brasil, por exemplo, mais de 2.600 telas de LED foram distribuídas em metrô, restaurantes, bares e cafés de grandes metrópoles brasileiras divulgam a iniciativa para cerca de 20 milhões de brasileiros por dia.

A ação é possível graças a uma parceria entre o Projeto Todo Mundo e a agência Posterscope Brasil, que exibem imagens de impacto em Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Goiânia (GO), Imperatriz (MA), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

1.2.1 - Projetos Feitos no Brasil

Em 2015, o Banco Mundial elogiou o Brasil por reduzir mais rapidamente do que seus vizinhos na América Latina a porcentagem de pessoas que viviam com menos de US\$ 2 dólares americanos por dia.

O trabalho “Prosperidade Compartilhada e Erradicação da Pobreza na América Latina e Caribe“, publicado naquele ano, apontava que o Brasil, como nenhuma outra nação vizinha, tinha praticamente erradicado a extrema pobreza, ponderando que o desempenho brasileiro era fruto de três motivos: crescimento econômico que tornou o país mais estável do que o registrado nas duas décadas anteriores; aumento das taxas de emprego e, em terceiro lugar, políticas públicas com foco na erradicação da pobreza, como Bolsa Família e Brasil sem Miséria.

O Brasil não apenas conseguiu aumentar a inclusão de renda, mas também combater a pobreza multidimensional que, na metodologia do Banco Mundial, significa o grupo de pessoas que, além da falta de renda, não possui acesso a serviços básicos como água potável, energia elétrica, saneamento básico, saúde, habitação digna e bens e serviços primordiais para a segurança alimentar e promoção de renda, como geladeira, celular e internet.

O método utilizado pelo então governa para conquistar esse patamar foi estabelecer grupos de trabalho interministeriais para atacar diferentes tipos de déficits de serviços sociais sempre utilizando mapas para direcionar obras onde a população era mais carente.

A metodologia incluía desviar o olhar dos números gerais que o Brasil tinha alcançado para focar na situação dos mais pobres.

Por exemplo, em 2002, quase 97% da população brasileira tinha acesso à energia elétrica, mas quando se observava a situação dos 5% mais pobres do país verificava-se que 18,7% não tinha acesso a esse serviço básico.

No setor privado, o desenvolvimento de projetos inclusivos, focados no empoderamento dos trabalhadores e das regiões afetadas pelas atividades das empresas, contribui para a erradicação da pobreza.

Um exemplo é o desenvolvimento de cisternas de plástico, pela Braskem, para levar água aos habitantes do semiárido nordestino. Aproximadamente 5 milhões de habitantes possuem, agora, acesso à água de qualidade para o consumo.

Jorge Soto, Diretor do Desenvolvimento Sustentável da Braskem, afirma que além do investimento e geração de empregos diretos e indiretos, o fortalecimento do uso da mão de obra local colabora com o ODS da erradicação da pobreza; e com a oferta de soluções de produtos e serviços, se apoia o desenvolvimento da sociedade, como foi o caso das cisternas no semiárido. Na área de investimento social, com o projeto Ser+ realizador, se apoia a inclusão de mais de três mil catadores de recicláveis, apoiando a gestão e fomentando as melhorias das instalações das cooperativas que conseqüentemente fez coque houvesse o aumento da renda.

1.2.1.1 - Desafio para 2030

Apesar de o Brasil ter reduzido a extrema pobreza, o país continua sendo um dos mais desiguais do mundo. Tereza Campello, Ministra da ONU; de fato ainda há grandes diferenças entre a população pobre e a população rica.

Superamos a fome como um problema endêmico no país, mas ainda temos públicos em situação de fome: comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos e populações isoladas. “E também aliar a agenda da pobreza com o aumento dos anos de escolaridade da população é o grande desafio dos próximos anos”.

O representante do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) junto ao Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC), Rafael Osório, afirma que a erradicação da pobreza deve ser formulada de maneira integrada para o cumprimento dos ODS: “Para atingirmos as metas da Agenda 2030, é necessário pensarmos em uma estratégia nacional integrada, com planejamento que envolva todas as dimensões do desenvolvimento: a ambiental, a social e econômica”.

1.2.2 - Projetos pelo Mundo

Diante do crescimento da fome em diversos países do continente africano, o Ministério Engel está lançando o Projeto Daniel, com o objetivo de ajudar continente com maior número de pessoas afetadas pela fome.

O projeto nasceu no coração do Apóstolo Joel Engel em 2016, durante uma viagem missionária pela África. O objetivo do projeto é fornecer as crianças africanas infraestruturas com igreja, creches, escolas, hospitais e refeitórios. Tudo isso com o objetivo de minimizar os problemas de fome, desnutrição, assistência médica e aconselhamento espiritual.

Neste mês de novembro o Projeto Daniel ganha um site exclusivo, onde os interessados poderão encontrar todas as informações sobre as ações na África.

O site conta com área de fotos, notícias, contato e doações. Também é possível assistir a vídeos que mostram as ações do Ministério Engel no continente africano.

Um projeto piloto estará sendo lançado em Kampala, capital de Uganda, onde uma creche receberá estrutura para formar crianças, alimentar, oferecer tratamento médico e espiritual. Uma equipe deverá entregar os primeiros donativos ao projeto e ajudar na organização das primeiras ações no continente.

Nos próximos dias o Apóstolo Joel Engel estará viajando a África, acompanhado de parceiros e voluntários para o início dos trabalhos.

O líder do Ministério Engel também pretende levar uma equipe para ensinar a população a plantar e criar animais, com o objetivo de obterem sustento para as famílias.

Um especialista em medicina molecular e toxigenética irão desenvolver suplementação alimentar com farelos e pastas orgânicas que servirão como base alimentar para as crianças. O doutor José Valdair de Sousa é uma autoridade neste tipo de abordagem nutricional e tornou-se voluntário para o projeto.

No site do Projeto Daniel será possível acompanhar o desenvolvimento das microcidades que serão construídas nos próximos anos.

A ideia inicial do projeto é oferecer infraestruturas com água, luz e saneamento básico onde pastores e missionários atuarão no atendimento das crianças.

País como Gana Camarões e Mail tem feito projetos também de combate à extrema pobreza reduzindo o número absoluto de pessoas com fome em 50 por cento ou mais.

A maioria dos alimentos da África é cultivada por pequenos agricultores, e melhorar o acesso deles ao crédito e a insumos como fertilizantes é crucial para aumentar a produção local e criar postos de trabalho.

Uma em cada quatro pessoas em toda a África subsaariana ainda está subnutrida, a maior proporção de qualquer região do mundo, de acordo com o relatório da FAO de 2014 "Estado da Insegurança Alimentar no Mundo".

Para cumprir as metas para a redução da fome, os líderes africanos assinaram a Declaração de Malabo no ano passado, estabelecendo uma série de metas, incluindo: aplicar 10 por cento dos gastos públicos na agricultura; dobrar a produtividade agrícola; elevar o crescimento de economias agrícolas em pelo menos 6% a.a.; e triplicar o comércio de bens e serviços agrícolas na África.

CAPÍTULO 2. A ERRADICAÇÃO DA POBREZA COM A SOCIEDADE

O objetivo primordial de qualquer pessoa preocupada com o bem-estar alheio deveria ser o de aumentar a renda total de cada indivíduo, e não reduzir as diferenças de renda entre cada indivíduo. Isto é, a preocupação com as desigualdades é de suma importância, mas não deve ser a única, os países devem se preocupar em alinhar estas duas questões, ou seja, que caminhem lado a lado.

A maneira o qual o indivíduo irá utilizar seus recursos é distinta, a os quem preferem reinvestir parte da renda, a também, os que escolhem, ou por necessidade, utilizam toda a renda adquirida, ou seja, a redistribuição das riquezas, da renda não é garantia de uma sociedade plenamente ‘desenvolvida’, e sim, a desigualdade é primordial, no entanto, não deve ser buscada isoladamente, mas em consonância com outras estratégias, atividades.

2 - Como a Sociedade é Influenciada

A sociedade é influenciada constante, pois a erradicação está ‘integrado’ no nosso dia a dia. Em outras palavras, a erradicação da pobreza permeia as relações, em âmbito micro e macro, ou seja, a população tem demonstrado interesse nesta ODS, por se tratar de um dos tripés da sociedade atual.

No entanto, é bem comum a associação entre desigualdade e erradicação da pobreza, porém, é necessário um tratamento distinto entre ambas as colocações, de fato, a correlação entre a erradicação da pobreza e desigualdade é essencial, mas a erradicação da pobreza está intimamente ligada à questão de recursos disponibilizados para o desenvolvimento do ser humano, suas necessidades. Desde alimentação até lazer, passando por educação, saúde, bem-estar etc. Todavia, a desigualdade faz parte do âmbito de distribuição de renda (RALLO, 2017).

Inclusive, a erradicação da pobreza está diminuindo com o passar dos anos, por exemplo, em 1820, aproximadamente 95% da população viviam na pobreza, com uma estimativa de que 85% viviam na pobreza "abjeta", sórdida. Em 2015, menos de 10% da humanidade continua a viver em tais circunstâncias. Além do mais, a renda per capita aumentou antes a renda mundial era de US\$1130,00, em 1820, para US\$ 15600 em 2015 (RALLO, 2017).

Mas, há muito a ser feito, por isso, o esforço global é de extrema importância para que a erradicação da pobreza de fato ocorra, visto que, sem cooperativismo das nações, é quase impossível eliminar uma questão social, de convívio, de desenvolvimento humano.

Além do mais, é comum a interpretação de que é para acabar com a erradicação da pobreza basta, apenas, redistribuir as riquezas, porém é uma falácia acreditar que redistribuição das riquezas é a solução de todos os problemas, das questões relacionadas à erradicação da

pobreza, por exemplo, Albânia, Bielorrússia, Iraque, Cazaquistão, Kosovo, Moldávia, Tadjiquistão e Ucrânia são sociedades que apresentam uma distribuição de renda muito mais igualitária que a da Espanha, mas são muito mais pobres (RALLO, 2017).

É essencial a existência dos empresários, dos que são “detentores” de capital, pois eles são responsáveis pelo desenvolvimento econômico, claro que não em sua totalidade, outros participantes do mercado também são essenciais para seu desenvolvimento, mas eles demandam mão de obra, e essa mão de obra é vendida pelas massas em troca de salários (RALLO, 2017).

Ou seja, quanto maior a riqueza de empreendedores e capitalistas, maior será a produção e a oferta de bens e serviços. Conseqüentemente, maior será a demanda por mão de obra. Conseqüentemente, maior será o padrão de vida de todos ou, pelo menos é o que se espera ao gerar empregos, que a economia, como um todo, seja ampliado (RALLO, 2017).

Portanto, podemos aferir que a sociedade é, de fato, influenciada pela erradicação da pobreza. Isto é, as ações que praticamos, em âmbito global inclusive, são de suma importância. Em outras palavras, o homem é receptível e ‘ativo’ na propagação das ODS. Além do mais, a ODS 1 que trata de: "acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares" seja o mais abrangente consenso da nossa época. E houve progressos de 2000 a 2015 quando vigoram os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM), tanto no Brasil como no mundo (SUSTENTÁCULOS, 2019).

Há um novo desafio pela frente: considerava-se na pobreza extrema quem vivia com 1,25 dólares por dia; o Banco Mundial elevou este valor para 1,90 dólares. Ou seja, vai aumentar muito o número oficial de pobres no mundo (SUSTENTÁCULOS, 2019).



Figura 4. Foto
Fonte: YouTube

Também já é consenso na comunidade internacional que a pobreza não se reduz à falta de renda. Quem enfrenta privações em múltiplas áreas, principalmente em saúde e educação, é considerado pobre (SUSTENTÁCULOS, 2019).

Sendo que, como já visto anteriormente, a ODS 1 é de suma importância por diversos fatores, mas podemos destacar alguns:

- **1.** Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia;
- **2.** Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;
- **2.a** Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

Ou seja, este ODS está intimamente ligada às questões sociais, de desenvolvimento humano, isto é, condição essencial para preservar a vida. Por exemplo, a Organização de Ajuda Humanitária, o Médico Sem Fronteiras, é uma ilustração de como o subdesenvolvimento é prejudicial a todos. A partir de fotos, vídeos, entre outras divulgações, é possível identificar como há muitos que ainda sofrem por não terem o mínimo de recursos para subsidiar sua existência.

Ademais, o Médico Sem Fronteiras é essencial para milhares de pessoas que estão vivendo em condições desumanas, onde nem o governo têm subsidiado o apoio necessário para desenvolvimento da população, em países tais como: África do Sul, Madagascar, Quênia, Serra Leoa, Brasil, Colômbia, México, Camboja, China, Iêmen, Rússia, Síria, França, Itália, Papua Nova Guiné, entre outros.

Sendo que, a atuação dos Médicos Sem Fronteiras além de perceptível é mensurável, em dados quantitativos:

- 10.648.300 consultas ambulatoriais realizadas;
- 2.520.600 casos de malária tratados;
- 2.095.000 pessoas vacinadas contra sarampo em resposta a surtos;
- 749.700 internações (pessoas hospitalizadas);
- 216.700 pessoas em tratamento antirretroviral de primeiras e segundas linhas;
- 81.300 crianças com desnutrição grave recebidas em programas de nutrição.



Figura 4. Foto
Fonte: Livraria Florence

Diante dos dados, supracitados, podemos aferir que, as ações devem ser coordenadas, melhor dizendo, os esforços em prol da erradicação da pobreza devem caminhar lado a lado. Desde as ações mais "simples" até as de âmbito global, se não forem bem estruturadas e projetadas não serão satisfatórias.

Portanto, é recomendável que a população, como um todo, possa 'enxergar' os impactos que geramos no meio social, nossas ações são sentidas no próximo, nas gerações futuras. A criança de hoje é o reflexo do adulto de ontem. O que queremos deixar para a geração futura, para os nossos filhos?

Melhor dizendo, o que devemos fazer a fim de conscientizar nossos similares, qual atitude cada um de nós poderíamos tomar no dia a dia para erradicar a pobreza. A responsabilidade não é só dos governos, mas de todos, em diferentes proporções, ou seja, desempenhar uma atitude cidadã para com o outro.

2.1 - O Papel da Sociedade na Erradicação da Pobreza

Brasil sem Miséria é a mais recente iniciativa adotada pelo governo federal para erradicar pobreza extrema. Combinando ações de municípios, estados e federação, a meta oficial é acabar com carências mais acentuadas até 2014 (BELIEL, 2011)

O pacto que a sociedade brasileira selou entre suas diversas classes e setores sociais depois da ditadura militar, a Constituição de 1988, tem uma série de prioridades ainda não realizadas. Erradicar a pobreza, classificada como “princípio fundamental”, é uma delas, apesar de avanços importantes na última década.

Desde 2003, 48 milhões de brasileiros, o equivalente a toda a população da Espanha, entraram para as classes C, B e A, segundo o mais recente estudo sobre o tema, divulgado no fim de junho pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A classe média tornou-se majoritária (55%) (BELIEL, 2011).

Apesar das estatísticas animadoras, mais de 16 milhões de brasileiros ainda vivem na miséria, à espera do dia em que o Estado obedecerá ao mandamento constitucional. Passados 23 anos e seis presidentes desde a promulgação da “Constituição Cidadã”, o governo decidiu colocar como uma de Suas metas prioritárias a materialização daquele preceito constitucional.

No dia 2 de junho, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a intenção de tirar da indigência 8,5% da população que sobrevive com no máximo R\$ 70 mensais e tem baixo acesso a serviços públicos básicos como água e luz.

Para concretizá-lo, convocou uma espécie de mutirão nacional com o qual busca envolver governadores, prefeitos e sociedade civil. “O plano tem o efeito de gritar, o de afirmar para todos nós que a miséria ainda existe no Brasil”, disse a presidenta, ao lançar o Brasil Sem Miséria. “A luta contra a miséria é (...) antes de tudo, um dever do Estado”, reforçou (BELIEL, 2011).

A Solidariedade expandiu-se do luminoso campo da ética e apresenta-se como uma estratégia, de modo em que o ser humano possa alcançar a própria sobrevivência.

O valor da Caridade é indispensável- E observem que não é de hoje que a tese de que “a Caridade não resolve nada” tem a defesa de alguns que atribuem a ela e acreditem que a manutenção do *status quo*, em que a pobreza e a miséria são apenas maquiadas por uma ineficiente ação assistencialista (NETTO, 2017).

Vale notar, entretanto, que a defesa da inoperância dela, mesmo equivocada, chama a atenção para o combate à inércia e à covardia de muitos que, podendo auxiliar no incentivo e no crescimento social dos povos, preferem esquivar-se com parcas e míseras esmolas. Se bem que, para aquele que está com fome, toda ajuda é bem-vinda.

Ao trabalharmos pela erradicação da pobreza, promovendo prosperidade às populações, é essencial que primeiro modifiquemos a mentalidade dos seres humanos. Mas em que bases? Nas do Espírito, desde que não considerado uma simples projeção da mente. É preciso, antes de tudo, depositar plena confiança na capacidade das gentes. E mais: ver as criaturas com Boa Vontade se quisermos formar cidadãos corretos, felizes, competentes, produtivos, em termos nacionais e planetários, proporcionando-lhes efetivas oportunidades. Devemos destacar suas virtudes e corrigir, com educação eficaz, aquilo que mereça acerto (NETTO, 2017)

Segundo Eleanor Roosevelt (1884-1962), a notável presidente da Comissão dos Direitos Humanos: “Para alcançarmos a Paz, devemos reconhecer a verdade histórica de que já não podemos viver separados do resto do mundo; Devemos também reconhecer o fato de que a Paz, assim como a liberdade, não é obtida de uma única vez e em definitivo; é uma batalha diária por mais territórios e o resultado de muitos esforços individuais” (NETTO, 2017).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) realizou importante pesquisa que monitorou, durante os anos de 1965 a 2010, a relação entre Educação e erradicação da pobreza.

O recém-lançado estudo “Reduzindo a pobreza global através das educações primária e secundária” revelou: “Alcançar a conclusão do ensino primário e secundário na população adulta ajudaria a tirar mais de 420 milhões de pessoas da pobreza, assim reduzindo em mais da metade o número de pessoas pobres no mundo. Os efeitos seriam particularmente grandes na África Subsaariana e no sul da Ásia, onde uma redução da pobreza em quase dois terços é esperada”, registra a página 11 do documento. Segundo informa a Unesco, “se as tendências atuais continuarem, dos 61 milhões de crianças em idade escolar atualmente fora da escola, 17 milhões nunca pisarão numa sala de aula”. (NETTO, 2017)

Esses dados são muito alarmantes e chamam todos à responsabilidade de não apenas combater efeitos, mas atuar nas causas, o que conduzirá a resultados mais sólidos e sustentáveis na luta contra a miséria, que vergonhosamente ainda campeia pelo orbe. (NETTO, 2017) Um dos maiores desafios atuais das nações emergentes ou das que já atingiram o mais alto patamar de crescimento material de suas economias é o do desenvolvimento sustentável.

Contudo, se desejamos ver o progresso partilhado com todos, acreditamos e temos proposto que o desenvolvimento solidário deva, antes de tudo, iluminar as atitudes dos habitantes da Terra e de suas futuras gerações (do maior ao menor) de nossa morada coletiva. (NETTO, 2017). Portanto, além de uma política pública eficaz, o planeta exige o compromisso com uma consciência nova, firmada em princípios que garantam a continuidade da Vida e a coexistência humana acima de todos os outros interesses. (NETTO, 2017)

Tal mentalidade fomenta ações conjuntas entre os países que visem ao socorro dos povos urgentemente necessitados de alguém que lhes estenda as mãos.

O combate à inércia e à covardia de muitos que, podendo auxiliar no incentivo e no crescimento social dos povos, preferem esquivar-se com parcas e míseras esmolas. Se bem que, para aquele que está com fome, toda ajuda é bem-vinda. (NETTO, 2017)

Ao trabalharmos pela erradicação da pobreza, promovendo prosperidade às populações, é essencial que primeiro modifiquemos a mentalidade dos seres humanos. Mas em que bases?

Nas do Espírito, desde que não considerado uma simples projeção da mente. É preciso, antes de tudo, depositar plena confiança na capacidade das gentes. E mais: ver as criaturas com Boa Vontade se quisermos formar cidadãos corretos, felizes, competentes, produtivos, em termos nacionais e planetários, proporcionando-lhes efetivas oportunidades. Devemos destacar suas virtudes e corrigir, com educação eficaz, aquilo que mereça acerto. (NETTO, 2017)

Contudo, é preciso não perder de vista: liberdade sem responsabilidade e Fraternidade Ecumênica é condenação ao caos. E mais: a tão pretendida mudança estrutural deve contar com o poder da razão e com o melhor do sentimento da criatura. Caso contrário, ela continuará expressando a vontade nefelibata em que, por vezes, quase se transformou. Urge, pois, aliar mente e coração para atingir os nobres propósitos sob os auspícios das mais elevadas aspirações. Que fitem os olhos as alturas, mas convém que os pés no chão permaneçam firmados. (NETTO, 2017) Madame Curie (1867-1934) vencedora do Prêmio Nobel de Física de 1903 e de Química de 1911 que com esforços e sacrifícios incontáveis, levou a Ciência a tantas conquistas, do alto de sua perseverança afirmou: “Jamais devemos sonhar em construir um mundo melhor sem o aperfeiçoamento dos indivíduos. Para esse fim, cada um de nós precisa trabalhar pelo próprio progresso e, ao mesmo tempo, compartilhar a responsabilidade geral por toda a Humanidade”.

A Economia não pode ser o reino do egoísmo. Ora, ela está aí para beneficiar todos os povos, compartilhando decentemente os bens da produção planetária. Se isso, porém, não ocorre, é porque se faz necessária uma mudança espiritual-ética de mentalidade, principalmente pelo prisma do Novo Mandamento de Jesus, o Cristo Ecumênico, o Divino Estadista, pois ensina que nos devemos amar como Ele nos tem amado (Evangelho, segundo João, 13:34).

Senão, os predadores das multidões podem ganhar a batalha, que a eles no devido tempo, da mesma forma, consumirá.

O desprezo às massas populares é multiplicação de desesperados. Certamente, alguém já concluiu que quem faz o pão deve igualmente ter direito a ele.

Haveremos de assistir ao dia em que a Economia terrestre será bafejada pelo espírito de Caridade, porque a Luz de Deus avança pelos mais recônditos ou soturnos ambientes do pensamento e da ação humanos.

A desumanidade gera desumanidade. Aí está, em resumo, a explicação do estado atual nas diversas regiões do planeta. Porém, com a riqueza de nosso Espírito, podemos edificar um amanhã mais apreciável. (NETTO, 2017). Entretanto, nenhuma reforma será duradoura se não houver o sentido de Caridade, o respeito ao ser humano e o bom comando das gentes atuando no coração.

Caridade é a comprovação do supremo poder da Alma ao construir épocas melhores de vida material e espiritual para os países e seus povos, os Cidadãos do Espírito. Resta às criaturas aprender em definitivo a enxergar essa realidade e a desenvolver a compaixão, aliada à Justiça.

Desse modo, com o passar das eras, o mundo abandonará a doença que, pelos milênios, lhe tem feito tanto mal: a pouca atenção que dá à força do Amor Fraternal, “princípio básico do ser, fator gerador de vida, que está em toda parte e é tudo”. (NETTO, 2017). Sobre o sublime ato de se doar ao próximo e suas consequências sociais, assim se manifestou o pensador político francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), autor de **A Democracia na América**: “A caridade individual se dedica às maiores misérias, procura o infortúnio sem publicidade e, de maneira silenciosa e espontânea, repara os males. Ela se faz presente onde quer que haja um infeliz a ser resgatado e cresce junto com o sofrimento. Pode produzir somente resultados benéficos. (...) Alivia muitas misérias, sem produzir nenhuma”.

2.2 – Como a Pobreza Excluem Crianças e Adolescentes

A exclusão decorrente das desigualdades sociais e da pobreza pode ser analisada por diversos ângulos, contudo nenhum deles poderá se dar sem que sejam discutidas as políticas públicas implementadas pelo Estado. Nascimento e Scheinvar (2005), na linha do que é discutido por Robert Castel (1996), sinalizam que a noção de exclusão social vem sendo utilizada de maneira muito inflacionada e heterogênea (...) cobrindo realidade. A exclusão decorrente das desigualdades sociais e da pobreza pode ser analisada por diversos ângulos, contudo nenhum deles poderá se dar sem que sejam discutidas as políticas públicas implementadas pelo Estado.

Nesse cenário, as crianças e adolescentes em situação de rua são atores sociais que sobram diante de tal política educacional. Na perspectiva de Bauman (2005, p. 12), são excluídos os que se encaixam na categoria de refúgio humano, seres sobrantes. Sendo assim, a educação enquanto controle de massas não capta essas crianças. Por outro lado, poderia assumir um caráter de instrumento de libertação, mas, também nesse caso, ainda não as alcança e nem as enxerga como indignado se revela Paulo Freire em suas reflexões sobre classes sociais e o capitalismo. A partir de uma abordagem sócio histórica, sob a perspectiva da necessária intersectorialidade entre as políticas públicas de educação, saúde e assistência social e da interseccionalidade, principalmente entre classe e raça/cor, o objetivo deste artigo foi compreender como a educação formal (ou a ausência dela) marca a vida das crianças e adolescentes em situação de rua, observando e analisando a realidade da pobreza, exclusão

social e produção de infâncias desiguais, a partir da experiência de um projeto de extensão de uma universidade pública localizada no estado do Rio de Janeiro.

Sem a pretensão de se traçar um percurso completo, desde que os padres jesuítas aqui chegaram para iniciar uma intervenção pedagógico-doutrinária das crianças indígenas, o que se configurou mais como uma catequese do que um processo de escolarização, faz-se necessário demarcar algumas concepções e práticas que, desde então, foram dirigidas às crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que fizeram e continuam a fazer parte da infância excluída no Brasil. A infância, enquanto uma construção sócio histórica e dentro da sociedade brasileira no período colonial, que priorizava a disciplina e a moral, teve como dispositivo central a educação religiosa. Porém, desde o começo, seguindo princípios da sociedade de classes, o ensino teve propostas e práticas diferenciadas: enquanto as crianças das famílias mais abastadas eram educadas ao lado dos pais e para ocuparem funções de mando, as das famílias mais pobres, muitas delas negras e filhas de escravos, eram enviadas a instituições totalitárias nas quais eram preparadas para servir.

No Rio de Janeiro Imperial, por volta de 1850, as crianças pertencentes à chamada “Infância abandonada” eram alvos de preocupação na medida em que precisavam ser produtivas, pois o que importava era a sua formação enquanto cidadãos disciplinados e úteis à pátria. Nesse sentido, representantes da elite, no caso os fazendeiros, passam a oferecer o ensino primário para as crianças, aliado ao conhecimento agrícola, de modo a proporcionar mão de obra. Dessa forma, as crianças pobres, abandonadas, órfãs, vagabundas e ingênuas educadas pelos senhores fazendeiros, em instituições asilares de ensino agrícola (SCHUELER, 1999; FRANCISCO, 2013). A preocupação da Corte e dos senhores fazendeiros era garantir a segurança de quem já usufruía da propriedade e do bem-estar da sociedade instituída.

Segundo Ligia Costa Leite (2009), uma inovação se deu quando foi inaugurada a primeira instituição a ser totalmente administrada pelo Estado, a Escola XV de Novembro, já na República Velha, a qual tornou-se modelo na educação e assistência social de crianças que se encontravam nas ruas. Embora orientada por uma proposta pedagógica inovadora para a época, a mesma acabou não conseguindo romper com o modelo tradicional de internato, sendo que, nos muitos anos de funcionamento, esteve vinculada aos setores da Assistência Social e da Justiça, mas nunca ao da Educação, o que reforça a visão hegemônica de que os mesmos deveriam ser assistidos, enquanto abandonados, ou punidos, enquanto jovens transgressores.

Com o tempo, o número de instituições que abrigavam os filhos da pobreza passou a não ser suficiente para a quantidade de crianças e adolescentes, que acabavam nas ruas. Já no século XIX, esse grupo social era considerado como um perigo para a sociedade e alvo de

mecanismos de exclusão e repressão, que tinham como propósito evitar a desordem e a perturbação social (LEITE, 2009). Desse modo, a criminalização da pobreza é um processo construído, social e politicamente, que predomina até hoje. Assim, meninos e meninas pobres, frutos de um projeto político excludente e injusto, foram, durante muito tempo, trancafiados e isolados para serem moldados em nome de uma ressocialização planejada para eles. A sociedade tenta reconduzir aquilo que ela produziu como um perigo ameaçador.

2.2.1 - De Menores de Idade para Sujeitos de Direito

Para Molina (2012), ao se discutir política pública, é necessário considerar quatro conceitos fundamentais: direitos, Estado, movimentos sociais e democracia. Na busca por políticas alternativas que integrassem as crianças ao meio social, somente na década de 1980, e na articulação desses quatro conceitos, foi possível se avançar no fortalecimento dos questionamentos direcionados à lógica manicomial e excludente de institucionalização de crianças e adolescentes, vigente no Brasil (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Vale ressaltar o contexto de abertura política do Brasil, no qual, a partir de debates, manifestações, articulações e movimentos sociais, incluindo os de meninos e meninas de rua, foram possíveis construir mudanças e avançar no campo das políticas sociais e legislações.

No âmbito dos direitos de crianças e adolescentes, destaca-se a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que determina a proteção integral e especial, sem discriminação, para todas as crianças e adolescentes, como prioridade absoluta do Estado e da sociedade. No entanto, apesar dos avanços, ainda há muitos desafios na estruturação de políticas públicas que garantam os direitos que são assegurados pela legislação, uma vez que é possível perceber que muitas delas, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade associada à pobreza e ao racismo, ainda se encontram com pouco ou nenhum acesso à educação, lazer, saúde, alimentação, dentre outros direitos.

O Estado, apesar de ser responsável pela criação e execução de políticas voltadas à promoção, proteção e garantia de direitos, continua exercendo práticas que produzem e reproduzem a exclusão, violando seus direitos básicos, à margem das políticas públicas. Nesse contexto, é importante destacar que o Ministério da Saúde (2001, p. 15) define: violência contra crianças e adolescentes como quaisquer atos omissões dos pais, parentes, responsáveis, instituições e, em última instância, da sociedade em geral, que redundam em dano físico, emocional, sexual e moral às vítimas”. Assim, tais violações, ao serem negligenciadas pelo Estado e pela sociedade em geral, são violências praticadas inclusive pela instituição escolar contra as Crianças-problemas, que na verdade, denunciam os limites do modelo educacional

vigente, e, ao não serem ouvidas, pouco a pouco são e/ou sentem-se excluídas, encontrando na rua uma saída.

2.2.2 – Escola: Solução ou Reprodução?

O desafio colocado nas indagações acima pode ser constatado na pesquisa das autoras que, entre 69 publicações e produções acadêmicas revisadas, buscou levantar como vem sendo abordada a relação entre a educação formal e a situação de pobreza. A pesquisa identificou 13 diferentes tipos de relação, sendo que as duas mais frequentes foram as que, sob uma perspectiva positiva, colocam a educação formal como condição para o rompimento do círculo de pobreza e as que, com um olhar negativo, reconhecem a mesma como reprodutora da ordem social (YANNOULAS; ASSIS; FERREIRA, 2012, p. 339).

Com seus direitos básicos negados, como foi o caso da adolescente, destacado anteriormente, a educação, a alimentação e habitação são elementos que vão sendo destituídos e cada vez menos acessados. Essas crianças e adolescentes desenvolveram um comportamento de sobrevivência. A experiência da Escola Tia Ciata, destinada a alfabetização de crianças e jovens entre 12 e 20 anos que estavam em situação de rua no Rio de Janeiro nos anos 80. A criatividade, nesse caso, está ligada à resistência em busca da preservação da vida, valor que só acaba com a morte. Esse modo de viver denuncia não só a ausência do Estado, mas sim de toda a sociedade, pautada na valorização do consumo exacerbado, na aquisição de bens e posses e na coisificação da vida, ou seja, a redução à condição de objeto de crianças e adolescentes, interditas na sua dimensão do ser.

Esse comportamento guerrilheiro, irreverente e agressivo, reflexo do que sofrem nas ruas, torna-se o ponto de partida para qualquer trabalho pedagógico e de cuidado em saúde com elas e eles. No caso do projeto de extensão, existe uma aposta, por meio da territorialização afetiva, que busca transpor os estigmas existentes sobre a população em situação de rua, por meio da ocupação de espaços públicos e da luta política em espaços coletivos de reivindicação de direitos.

Muitas formas de exclusão social estão presentes nas cidades, e talvez seja possível conceber que o processo de organização das cidades é originalmente excludente, tendo em vista que historicamente tem por base a divisão do trabalho, além de se realizar por meio de trocas, o que exige que se possua elementos de negociação, tais como força de trabalho (o próprio corpo), bens de consumo, entre outros. Nesse sentido, aos sem posse fica reservado o lugar de resto, o lugar dos desenquadrados, dos que não cabem na foto, na escola, no mundo, cada vez mais estigmatizados. Nesse meio, se confunde a pobreza e a vitimização com a delinquência e

a transgressão das normas, mas é preciso deixar claro que a pobreza e as desigualdades de hoje são também fonte de injustiças e de problemas sociais no futuro (CAMPOS, 2014).

Um fato frequentemente reproduzido pelo setor de educação e outros setores da política pública, é o discurso da atribuição da exclusão social a fatores individuais, ou seja, pessoas que tiveram seus direitos sociais negados são reduzidas a responsáveis pelo seu processo de exclusão, em uma sociedade que converte padecedores em culpados. No trabalho voltado às crianças e adolescentes em situação de rua, histórias de desamarração dos vínculos, rupturas de suas relações afetivas, se repetem: primeiro o alinhavo dos vínculos familiares se rompe, dando início à permanência no território de origem, a partir de certa cegueira/impossibilidade de serviços territorializados (Escola, Estratégia Saúde da Família - ESF, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS). Assim, o afastamento gradual se concretiza, indo da casa para escola, da escola para casa; da casa para rua, da escola para rua; da rua para rua.

Passo a passo os distanciamentos se agravam, e a produção do não lugar se consolida, já não mais a escola formal, a Atenção Básica em Saúde, o CRAS, o acolhimento institucional, pois agora entram na cena a internação socioeducativa, a internação compulsória e a morte, convocando-se os especialistas da exclusão. Por outro lado, como apontam Yannoulas, Assis e Ferreira (2012), detecta-se uma ausência de incorporação nas escolas e na educação formal de adolescentes em liberdade assistida, abrigados. Enfim, como (não) se articulam educação, assistência social e saúde! É preciso e urgente afirmar que não se trata de construir saídas espetaculares, saberes especializados, e sim de produzir relações sociais menos excludentes e desiguais, de educação e cuidado ampliados dentro e fora de sala de aula. Pois, como diz o provérbio africano e que passou a ser um lema do projeto de extensão, “é preciso uma cidade inteira para cuidar de uma criança! ”.

As situações vivenciadas na esfera de uma ação extensionista e abordadas neste artigo, que trata da relação entre a educação formal e crianças e adolescentes em situação de rua, simbolizam apenas um sintoma do processo de exclusão social vivido pelos mais pobres desde o Brasil Colônia. Os atores sociais priorizados nas reflexões aqui colocadas - meninos e meninas em situação de rua/vulnerabilidade - escapam da política educacional brasileira, e, da mesma forma, quando estão nas instituições escolares sofrem a reprodução da violência estrutural que está no cotidiano das grandes cidades. Tal complexidade histórico-social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade passa pela domesticação dos corpos iniciativas de catequização dos povos originários, em seguida pelo racismo que produz e reproduz violências contra as crianças negras, logo depois pela organização excludente das

idades; e, por fim, na manutenção do ordenamento social vigente onde não há lugar para o rompimento do círculo de pobreza instaurado sobre os povos mais pobres e periféricos.

2.2.3 - Papel da Desigualdade como Influenciador para Fome

Pobreza refere-se à falta de recursos por parte de um indivíduo ou população. Em termos de indicadores, embora muitos incluam as variáveis: educação, saúde, habitação e salário, é esta última a mais utilizada na mensuração do fenômeno (Pieterse, 2002). Em estudos de saúde, pode atuar enquanto uma variável independente ligada à determinação da morbimortalidade.

Fome é um estado de desconforto físico relacionado à carência de alimentos. A fome não é um conceito clínico. Não está presente na Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças (OMS, 2000), nem como patologia, nem como sinal ou sintoma. Não obstante, há inúmeros estudos clínicos e epidemiológicos do efeito da fome sobre populações humanas. Contudo, muito mais que a pobreza que também pode ser generalizada, a fome adquire na literatura não científica a dimensão de uma carência generalizada com forte conteúdo moral que a associa às injustiças sociais.

Em primeiro lugar, para tratar a fome é importante atacar também a pobreza. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o crescimento econômico dos países é um dos fatores-chaves para a redução da fome mundial. Entretanto, é necessário que esse desenvolvimento seja feito de maneira inclusiva, que abranja as populações vulneráveis, promova mais oportunidades de desenvolvimento, melhore a produtividade e a renda dos pequenos produtores e dê mais meios para o sustento de sua subsistência. Assim, a desigualdade social tende a diminuir conforme a distribuição de renda interna aumenta, principalmente no campo.

2.3 - As Responsabilidades do Estado

A palavra cidadania é originária do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que a mesma tinha ou podia exercer. O artigo 6º da Constituição dispõe sobre os direitos sociais de todo cidadão como os direitos "à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança", entre outros. Já o artigo 196 da Constituição, determina que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação."

Diante deste preâmbulo, podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que o direito à saúde é um dos direitos fundamentais conferidos à cidadania previstos firmemente em nossa Constituição de 1988 e, como corolário, o Estado tem a obrigação de prover o sistema de saúde pública de recursos e infra-estrutura necessários para atender a todas estas normas. É de conhecimento geral que a saúde pública no Brasil tem sido, numa escalada perversa, relegada a plano secundário e não vem recebendo os investimentos necessários para garantir assistência a população. Em Pernambuco, a situação vem piorando a cada dia e a expectativa de que houvesse uma melhora na infraestrutura e uma remuneração mais condizente para os médicos - como foi garantido, um ano atrás, diante do movimento que levou ao pedido de demissão de dezenas de profissionais - acabou frustrada.

Este descaso com a dignidade humana fere os olhos de quem chega, por exemplo, no Hospital da Restauração onde, em 2 de junho último, havia 20 pessoas aguardando tratamento intensivo. Durante uma visita, neste dia, em que a OAB-PE acompanhou o Cremepe e o Simepe, foram encontrados 200 leitos improvisados na emergência, em macas, cadeiras e lençóis no chão. O problema se repete nas emergências dos outros hospitais do Estado. Pacientes idosos, com problemas de fratura passam semanas aguardando uma cirurgia e, com isso, correndo risco de morte. E o pior é que, muitas vezes, pasmem, essas deficiências provocam não só o óbito do paciente como ainda levam médicos e enfermeiros a serem processados por negligência.

Os médicos que pediram demissão do serviço público estadual (em 2007) estão buscando não apenas pressionar o Estado a atender suas muito legítimas reivindicações. Mas, principalmente, alertar a sociedade para o descumprimento pelo Poder Público dos deveres que lhe são impostos por comandos e princípios constitucionais, como o Princípio da Dignidade Humana.

A intolerável omissão estatal em face de suas obrigações morais e éticas não pode ser negada com tergiversações e sofismas - como atribuir esta situação de calamidade pública ao fim da CPMF. Vale lembrar que segundo o 1º do art. 198, também da Constituição, o Sistema Único de Saúde (SUS) será financiado com o orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e de outras fontes. Ou seja, não se pode remeter ao fim da CPMF. As fontes de financiamento previstas, inicialmente, já eram outras. E nos 10 anos em que vigorou, a CPMF pouco fez para impedir que a crise no setor se tornasse crônica e o quadro irreversível. Foi eficaz, sim, para finalidades outras como engordar o já robusto caixa do superávit primário, tão acalentado pelo governo Federal. Ou seja, a CPMF não evitou que o Estado fosse leniente com a saúde pública.

No Brasil, segundo o sindicato dos hospitais de Pernambuco (Sindhospe), "para um gasto total de US\$ 600 per capita/ano (em saúde), apenas US\$ 300 vêm do setor público. Destes, apenas US\$ 150 são investimento federal, ou seja, US\$ 0,40 por cidadão brasileiro". É, vergonhosamente, um dos países latino-americanos onde menos o Poder Público se preocupa em proteger a vida dos seus cidadãos.

Por fim, a luta que deveria ser abraçada pelos homens públicos é a da regulamentação da emenda constitucional 29 (mediante a qual 15% do orçamento dos municípios, 12% do dos Estados e 10 % do orçamento da União deveriam ir para o financiamento público do sistema de saúde). De maneira civilizada, ouvindo-se as entidades médicas e os setores da sociedade historicamente comprometidos com o Estado Democrático de Direito.

O Comentário Geral Nº 12 da CESCR determina que o Estado tem três deveres a cumprir em benefício de seus cidadãos no caso do direito à alimentação:

- **Respeitar:** significa que o Estado não pode, em nenhuma circunstância, tomar qualquer ação que prejudique ou restrinja o acesso da população ao alimento.
 - Respeitar o direito de protesto: Eles não devem impedir, dificultar ou restringir o direito de protesto, exceto dentro dos limites permitidos pela lei internacional de direitos humanos;
- **Proteger:** determina que o governo realize medidas de fiscalização e proteção, no sentido de assegurar que as ações de empresas ou de pessoas físicas não estejam privando os indivíduos a terem acesso adequado à comida.

Essa responsabilidade se ramifica em duas linhas:

- **Facilitar:** o Estado é responsável por promover políticas públicas que incentivem a população a utilizar recursos que garantam a sua subsistência.
 - **Prover:** ocorre quando um indivíduo se encontra em uma situação de crise, além de seu controle, em que seu direito à alimentação não consegue ser exercido. Nesse caso, o Estado tem a obrigação de fornecer diretamente os recursos alimentícios que o cidadão está sendo privado.
- a) **Proteger o Direito de Protesto:** Eles devem tomar as medidas cabíveis para proteger quem queira exercer o direito de protesto, inclusive adotando as medidas necessárias para prevenir violações por terceiros;
 - b) **Garantir o Direito de Protesto:** Eles devem estabelecer um ambiente propício para o direito de protesto. Isso inclui reações efetivas às violações cometidas.
 - c) **Nas disposições constitucionais** (ou equivalentes) e na sua legislação nacional, os

Estados devem reconhecer e incorporar o direito de protesto aos direitos humanos indivisíveis, interdependentes e interligados, em conformidade com a lei internacional dos direitos humanos. Estes devem incluir:

A) Direitos Essenciais ao Exercício do Direito de Protesto, particularmente:

i. O direito à liberdade de expressão: A liberdade de buscar, receber e transmitir informações e ideias de todos os tipos, independentemente de barreiras, sejam elas orais, escritas ou impressas, na forma de arte ou através de qualquer outro meio de comunicação de escolhido;

ii. O direito à liberdade de reunião pacífica: A liberdade de, intencionalmente, se reunir em um espaço com uma intenção expressiva comum;

iii. O direito à liberdade de associação: A liberdade de se associar com terceiros, inclusive com a formação e a participação em sindicatos para a proteção de interesses individuais e coletivos;

iv. O direito à participação pública: O direito a todos de, entre outras práticas, participar da condução de assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes escolhidos livremente;

B) Direitos Frequentemente Violados em que os protestos são reprimidos, particularmente:

i. O direito à vida: Ninguém será arbitrariamente privado de sua vida;

ii. O direito à liberdade de não ser objeto de tortura e de tratamentos desumanos e degradantes;

iii. O direito à privacidade: Ninguém será sujeito a interferências arbitrárias ou ilegais em sua privacidade, família, seu lar ou sua correspondência, nem a atentados ilegais contra sua honra e reputação. Todo indivíduo tem direito à proteção legal contra tais interferências ou ataques;

iv. O direito à liberdade e à segurança do indivíduo: Ninguém deverá estar sujeito arbitrariamente à prisão ou à detenção. Ninguém deverá ser privado de sua liberdade, salvo com base nos procedimentos estabelecidos por lei.

CAPÍTULO 3. FORMAS DE CONSCIENTIZAR O CIDADÃO

Por cidadão entendem-se ser aquele que possui e exerce todos estes Direitos Humanos, constitucional e legalmente garantidos. É aquele que não apenas vota, mas participa da construção de seu futuro, com a detenção dos instrumentos de que precisa para se autodeterminar.

Dessa maneira, o direito individual da liberdade de consciência, insuficiente por si só, vem alicerçado pelo direito social à educação, o qual possibilitará um adequado desenvolvimento intelectual e cultural gerador de capacidade crítica e de discernimento, sem o qual não se alcança um grau satisfatório de consciência livre de induções ou manipulações.

Assim sendo, os Direitos Sociais (saúde, educação, trabalho, lazer...) surgem como meio ou instrumento para que se alcancem os fins desejados, almejados pelos Direitos Individuais (liberdade, igualdade, direito à vida digna...).

Cidadão torna-se, então, aquele que possui e exercem todos estes direitos constitucional e legalmente garantidos. Destarte formula-se o corrente conceito de cidadania, qual sejam a completa fruição e exercício dos Direitos Individuais, Sociais, Políticos e Econômicos - Direitos Humanos - garantidos no ordenamento jurídico.

Portanto não basta a garantia formal de tais direitos, mister é sua concretização. Para tanto, inevitável se faz a implementação de todos eles, visto que apenas em conjunto se podem materializar plenamente.

3 - Cidadania e Direitos Humanos em Prol da Erradicação

A cidadania é o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo.

Essa expressão vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Antigamente, cidadão era aquele que fazia parte da cidade, tendo direitos e deveres por nela habitar. Atualmente, esse conceito extrapola os limites urbanos, podendo ser compreendido no espaço rural.

A expressão da cidadania frequentemente está associada ao campo do Direito, em que existe uma série de legislações voltadas para os direitos e deveres que o cidadão possui. Entre os deveres, destaca-se o voto eleitoral (que também é um direito), o zelo pelo espaço e o cumprimento das leis. Entre os direitos, destaca-se o de ir e vir, bem como o de ter acesso à saúde, moradia, alimentação e educação.

O conceito de cidadania também está relacionado à nacionalidade do indivíduo, isto é, à legalidade de sua permanência em um determinado território administrado por um Estado Nacional. Fala-se, por exemplo, de cidadania brasileira, cidadania portuguesa e cidadania americana.

Em casos de descumprimento aos deveres, o indivíduo poderá ter parte de sua cidadania caçada, a exemplo de presidiários que possuem o direito de votar vetado, entre outras limitações impostas pela lei penal.

Se, no campo do direito, somos todos cidadãos, na prática, isso ocorre? Em outras palavras, sobre o benefício do uso do espaço entre os nossos direitos, somos todos cidadãos? Infelizmente, nem todos. Existem muitos indivíduos que legalmente possuem cidadania, mas que não dispõem de condições sociais, estruturais e materiais para exercê-la.

Existem muitos autores no âmbito da Filosofia e das Ciências Sociais, como Henri Lefebvre, Theodor Adorno e muitos outros, que se portam de maneira crítica sob a pretensa ideia de que todos os indivíduos são cidadãos. Primeiramente, muitos são excluídos socialmente em função das desigualdades geradas pelo sistema capitalista de produção. Em segundo lugar, ocorre, muitas vezes, a reificação – isto é, a coisificação, a transformação do ser em mercadoria – da figura do cidadão na sociedade contemporânea.

Em um primeiro momento, o Estado Social é, de fato, o que se denominou 'Estado Providência', devido ao seu caráter marcadamente assistencialista, paternalista, segundo o qual deveria suprir as necessidades básicas dos excluídos do sistema econômico. Em um primeiro momento, o Estado Social é, de fato, o que se denominou 'Estado Providência', devido ao seu caráter marcadamente assistencialista, paternalista, segundo o qual deveria suprir as necessidades básicas dos excluídos do sistema econômico.

Surgem os Direitos Econômicos na medida em que se desenvolve a estrutura do Estado Social, neoliberal e intervencionista. São referentes à intervenção do Estado no domínio econômico, com vista a garantir a pretendida democracia econômica, dentre os quais pode-se citar como exemplos, os direitos de acesso ao trabalho - pleno emprego - e justa remuneração. Os Direitos Sociais acrescidos, como acesso à educação, cultura, habitação, à previdência, visam a concretizar outros direitos, principalmente individuais, já assegurados, mas não efetivados. Os Direitos Políticos se incrementam gradualmente, não mais se restringindo ao direito ao voto, mas ao sufrágio universal masculino e feminino, referendo, plebiscito, iniciativa popular de leis, veto popular.

A noção do Estado paternalista, com seus filhos carentes tendo suas necessidades supridas pelo assistencialismo estatal, começa a se modificar a partir da segunda metade deste século, passando-se a acreditar que o indivíduo só viveria a plenitude de sua cidadania se tivesse os meios para que fosse realmente livre. Percebe-se, então, que a liberdade somente existe a partir de efetiva construção do cidadão liberto de todas as carências básicas que o impedem de ser livre.

Requer-se, portanto, uma interpretação das modernas constituições sociais no sentido de se construir a ideia de indivisibilidade dos Direitos Humanos. Estes devem ser tomados como

complementares entre si, ou seja, sem a fruição de seu todo, não se atingirá a totalidade do exercício da cidadania.

Para a o perfeito exercício da cidadania, requer-se igualdade, não apenas jurídica, mas de oportunidades; liberdade física e de expressão; educação; saúde; trabalho; cultura; lazer; pleno emprego; meio ambiente saudável; sufrágio universal e secreto; iniciativa popular de leis; dentre outros direitos que compõem o quadro dos Direitos Humano.

À primeira vista, podem alguns Direitos Fundamentais parecer incompatíveis entre si. No entanto, embora algumas vezes puguem mandamentos contrários, como no caso de se assegurar o direito de propriedade simultaneamente à garantia de sua função social, importante se ter a noção de que não são excludentes os preceitos, mas complementares, devido à nova dinâmica de atuação do Estado Democrático

Resta examinar os limites da extensão de cada qual, em situação concreta determinada, visto que poucos são os direitos que valem em qualquer circunstância, para todos os homens, indistintamente, insuscetíveis de limitações, suspensões, como é o exemplo da proibição da tortura.

Deve-se valer, dessa forma, do arbítrio do aplicador ou intérprete da norma. Trata-se da chamada liberdade do intérprete, a qual se atribui o poder de resolução do conflito real que lhe apareça, segundo a oportunidade e técnicas hermenêuticas consolidadas juridicamente, além dos fundamentos e princípios constitucionais. Esta conformidade com os parâmetros consiste na fundamentação da decisão acerca da constitucionalidade ou não da situação real por interesses concretos, isto é, por fatos determinados, e não segundo os próprios valores e interesses do julgador, sua subjetividade.

Em caso de descumprimento por parte do Poder Público ou de particulares dos ditames constitucionais e legais relativos aos Direitos Humanos, dispõe o cidadão de garantias e princípios processuais que objetivam garantir a real efetividade das normas vigentes. Assim, não apenas o direito material, substancial fundamenta o conceito de cidadania, mas também o direito adjetivo ou processual faz-se dela indissociável, sem o qual não se possuiriam meios para a arguição daquele.

O cidadão não é dependente de sua condição social e econômica ou de seu sexo para atingir esta condição. Esta é alcançada pelo simples fato de sua existência como ser humano, a quem se mostra como *conditio sine qua non a fruição* e exercício de, no mínimo, os direitos que lhe são fundamentais, essenciais.

No caso do Brasil, a Constituição Federal assegura aos cidadãos os direitos de votar para escolher os representantes do Legislativo e do executivo, bem como o direito de se

candidatarem a estes cargos. Foi dado também ao cidadão o direito de apresentar projetos de lei, participar de plebiscito, o direito de propor certas ações judiciais, etc.

A par disso, a Constituição prevê a participação obrigatória de representantes da comunidade em órgãos de consulta e decisão sobre os direitos da criança e do adolescente, bem como na área da saúde e da educação. Esta participação configura o exercício de direitos da cidadania e é muito importante para a democratização da sociedade.

A par disso, a Constituição prevê a participação obrigatória de representantes da comunidade em órgãos de consulta e decisão sobre os direitos da criança e do adolescente, bem como na área da saúde e da educação. Esta participação configura o exercício de direitos da cidadania e é muito importante para a democratização da sociedade.

3.1 - Como Influenciam as Pessoas

O Dia de Ação de Graças é um momento para celebrar e refletir. Desde 2000, a extrema pobreza no mundo foi reduzida à metade. A metade restante será a parte mais difícil, mas especialistas dizem que temos uma chance de erradicar completamente a pobreza. Hoje podemos ser lembrados, porém, que os colonos europeus que se sentaram para se divertir com os nativos americanos também trouxeram consigo um modelo de expansão econômica que parece cada vez menos sustentável. (NAÇÕES UNIDAS, 2017)

Temos que parar o desenvolvimento sem sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável, por outro lado, é uma obrigação. As pessoas devem ter o direito de limpar o ar, a comida, a água limpa, a energia, o acesso à informação e a paz.

“É realmente possível proteger o meio ambiente, reduzindo a pobreza e desenvolvendo economias fortes”, escreveu Erik Solheim, presidente do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, em um relatório recente. "O Brasil reduziu o desmatamento na Amazônia em 80%, juntamente com o rápido crescimento econômico; e A Etiópia pretende se tornar um país de renda média sem aumentar suas emissões de gases do efeito estufa". (NAÇÕES UNIDAS, 2017)

Hoje, os países mais pobres estão recebendo fundos na forma de ajuda, empréstimos, investimentos e transferências de pessoas trabalhando no exterior e enviando dinheiro para suas famílias. Empresas e instituições como a ONU e a OCDE estão pressionando os governos para aumentar a transparência e acabar com a corrupção. (NAÇÕES UNIDAS, 2017) ONU estabeleceu uma meta para os países doadores para dar 0,7% do rendimento nacional bruto em ajuda ao desenvolvimento, embora até agora só a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, o Reino Unido e o Luxemburgo tenham atingido esse limiar.

A OCDE desenvolveu programas para ajudar os países pobres a se encarregarem de seu próprio desenvolvimento, como uns chamados Inspectores Fiscais Sem Fronteiras, e está se concentrando em melhores soluções de financiamento.

Centros acadêmicos como o Laboratório de Ação contra a Pobreza Abdul Latif Jameel do MIT estão desenvolvendo maneiras sofisticadas de medir o impacto de programas de alívio da pobreza e disseminando conhecimento sobre as melhores práticas. Consultores de impacto social, como TechnoServe e FSG, oferecem excelentes programas de valor compartilhado para empresas. E o plano da ONU para estabelecer novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 15 anos está ganhando força. (NAÇÕES UNIDAS, 2017)

“Tivemos uma fase extraordinária de 15 anos desde que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram estabelecidos”, diz Michael Elliott, CEO da ONE, o grupo de defesa da pobreza co-fundado por Bono. "Agora, o mundo precisa fazer o mesmo tipo de compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Eles precisam ser bons e bastante - coerentes, abrangentes, inteligentes, mensuráveis e responsáveis e precisa ser famosos o suficiente".

Um dos focos dos objetivos é a saúde e, segundo Elliott, o melhor investimento é na vacinação. "Você pode salvar vidas com moedas de um centavo", diz ele. "Há muito dinheiro no mundo para combater todas as doenças, incluindo Ebola, HIV e malária." (NAÇÕES UNIDAS, 2017)

As empresas estão desempenhando um papel cada vez maior no desenvolvimento sustentável. Aqui estão quatro maneiras possíveis:

Pense em áreas pobres como comunidades e pessoas pobres como consumidores. Projetar produtos e serviços para os consumidores da "base da pirâmide";

- **1.** Se sua empresa faz negócios em uma região subdesenvolvida, torne-se parte da comunidade. Fonte local e responsável. Conheça seus vizinhos e suas habilidades. Ajude-os a serem empreendedores. Compartilhe o valor.
- **2.** Inovar. Encontre as áreas de "valor compartilhado", onde os lucros da empresa E os benefícios da comunidade. Se você não sabe como fazer isso, existem excelentes consultores disponíveis mesmo para pequenas empresas;
- **3.** Atrair os melhores funcionários, sendo socialmente responsável e oferecendo os melhores programas de voluntariado. Encoraje a filantropia. Corresponder doações.

Chegamos a um ponto de “inflexão”, diz William Warshauer, CEO da *TechnoServe*, uma empresa que fornece soluções empresariais à pobreza." É tão importante para as empresas,

como vantagem competitiva, atrair os melhores talentos. Nossos clientes têm PhDs que poderiam trabalhar em qualquer lugar, e que optam por trabalhar para eles por causa de seus inovadores programas socialmente responsáveis. "Ele oferece o exemplo de uma empresa agroalimentar apoiando o processamento de alimentos na África". Os melhores cientistas de alimentos da empresa estão ansiosos para fornecer especialização para as empresas africanas de processamento de alimentos e apoiar a indústria local e desenvolvimento lá. (NAÇÕES UNIDAS, 2017)

O mundo está interconectado e nenhuma boa ação é isolada. Como uma empresa filantrópica, "ao combater a pobreza extrema e doenças evitáveis, você está criando um mundo mais seguro e próspero", diz Elliott. "Isto é verdade para uma grande multinacional, e é igualmente verdadeiro para um restaurante de peixe da vizinhança." (NAÇÕES UNIDAS, 2017)

No ano passado, quando as Nações Unidas se comprometeram com a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, reconheceram que "erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável".

Considerando a natureza mutável da economia global, impulsionada pelos avanços tecnológicos e pela globalização, agora é mais importante do que nunca investir em capital humano e garantir que todos tenham as habilidades necessárias para o sucesso. De acordo com estimativas recentes, até 2 bilhões dos empregos atuais correm o risco de serem substituídos pela automação até 2030. (NAÇÕES UNIDAS, 2017)

O Relatório de Monitoramento da Educação Global da UNESCO e o Relatório de Geração de Aprendizado da Comissão de Educação fornecem evidências importantes sobre o impacto da educação nos ganhos e no crescimento econômico dos indivíduos.

Abaixo estão alguns dos dados mais interessantes que ilustram esses links. (NAÇÕES UNIDAS, 2017)

- **1. Educação reduz a pobreza**
 - 171 milhões de pessoas poderiam ser retiradas da pobreza extrema se todas as crianças deixassem a escola com habilidades básicas de leitura. Isso é equivalente a uma queda de 12% no total mundial.
 - A pobreza absoluta poderia ser reduzida em 30% das melhorias de aprendizagem delineadas pela Comissão de Educação.

- **2. A educação aumenta os ganhos individuais**

- Educação aumenta os ganhos em cerca de 10% por cada ano adicional de escolaridade.
- Para cada US \$ 1 investido em um ano adicional de escolaridade, os ganhos aumentam em US \$ 5,00 nos países de baixa renda e US \$ 2,5,00 nos países de renda média-baixa.
- 3. Educação reduz as desigualdades econômicas
 - Se os trabalhadores de famílias pobres e ricas recebessem a mesma educação, a disparidade entre os dois na pobreza no trabalho poderia diminuir em 39%.
- 4. A educação promove o crescimento econômico
 - O sucesso educacional explica cerca de metade da diferença nas taxas de crescimento entre a Ásia Oriental e a África Subsaariana entre 1965 e 2010
 - Em 2050, o PIB per capita em países de baixa renda seria quase 70% menor do que se todas as crianças estivessem aprendendo.
 - Aumentar o nível de escolaridade superior em um ano em média aumentaria o PIB de longo prazo da África Subsaariana em 16%.
- 5. Educação ajuda a salvar o planeta
 - As alterações climáticas globais e o conseqüente aumento da frequência de catástrofes naturais e redução da produção agrícola podem levar até 122 milhões de pessoas à pobreza até 2030. - A criação de indústrias verdes dependerá de trabalhadores altamente qualificados e instruídos. - A agricultura contribui com 1/3 de todas as emissões de gases de efeito estufa. A educação primária e secundária pode fornecer aos futuros agricultores o conhecimento crítico sobre os desafios da sustentabilidade na agricultura (BORGEN PROJECT, 2019).

O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de cortar a taxa de pobreza pela metade até 2015 foi atingido em 2010 - cinco anos antes do previsto. Embora tenham sido feitos progressos, as estimativas de crescimento global mostram que é necessário mais trabalho para alcançar a meta de acabar com a pobreza global até 2030. (BORGEN PROJECT, 2019)

Discutidas abaixo estão as 10 principais formas de reduzir a pobreza no mundo. Sobre os desafios da sustentabilidade na agricultura. (BORGEN PROJECT, 2019)

- 1. Desenvolver e implementar políticas e programas de crescimento econômico rápidos e sustentáveis, em áreas como saúde, educação, nutrição e saneamento, permitindo que os pobres participem e contribuam para o crescimento. Estudos

mostram que um aumento de 10% na renda média de um país reduz a pobreza em até 20% a 30%;

- **2.** Melhorar a gestão da água e outros recursos naturais. A maioria dos pobres rurais depende da agricultura ou de outros recursos naturais para sua subsistência. A maioria dos pobres rurais depende da agricultura ou de outros recursos naturais para sua subsistência. Conseqüentemente, é necessário que eles tenham acesso mais equitativo a esses recursos, para que possam gerenciar melhor seus recursos;
- **3.** Investir e implementar programas agrícolas. A China ajudou 800 milhões de pessoas a sair da pobreza desde 1978 recursos para seu sustento. Como parte de sua estratégia para erradicar a pobreza até 2020, o Banco Agrícola da China emprestará mais de US \$ 400 bilhões para ajudar a desenvolver áreas rurais, financiar a educação, a infraestrutura e a produção agrícola. Eles são mais capazes de gerenciar seus recursos;
- **4.** Incentive os países a se engajarem no comércio como um caminho para sair da pobreza. O comércio é a chave para o crescimento e a prosperidade. Alguns dos países mais pobres do mundo, incluindo a Indonésia, o Botswana e o Brasil, já saíram da pobreza. Produção agrícola: eles são mais capazes de gerenciar seus recursos;
- **5.** Criar e melhorar o acesso a empregos e renda e desenvolver talentos empreendedores;
- **6.** Proporcionar a todas as pessoas o acesso a serviços sociais básicos, incluindo educação, saúde, alimentação adequada, saneamento, abrigo e água potável.
- **7.** Desenvolver progressivamente sistemas de proteção social para apoiar aqueles que não podem se sustentar;
- **8.** Capacitar às pessoas que vivem na pobreza, envolvendo-as no desenvolvimento e implementação de planos e programas para reduzir e erradicar a pobreza. Seu envolvimento garante que os programas reflitam as coisas que são importantes para eles;
- **9.** Remova barreiras ao acesso igual a recursos e serviços;
- **10.** Fornecer acesso a tecnologia e inovação, incluindo acesso à internet e energia acessível. Em Bangladesh, apenas 40% dos pobres rurais têm acesso à eletricidade da rede. Aqueles que têm acesso sofrem frequentes quedas de energia. O Segundo Projeto de Eletrificação Rural e Desenvolvimento de Energia Renovável planeja

aumentar o acesso à eletricidade em áreas rurais por meio de fontes de energia renováveis.

3.2 - Contribuição Individual do Cidadão Auxilia a Sociedade

Segundo o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) na introdução ao “Discurso sobre a Origem e os Fundamentos das Desigualdades entre os Homens” que as únicas formas de desigualdades admissíveis eram as naturais, como a diferença de idade, de saúde, de força física e das qualidades do espírito, sendo todas as outras produzidas pela sociedade, que ele chamou de “diferenças morais ou políticas”, as quais seriam os privilégios que gozam uns em detrimento de outros, tais como a riqueza e a pobreza (CANÇÃO NOVA, 2017).

Ou seja, a sociedade, por meio do diversos segmentos: governo, setor privado, academia e população civil organizada, devem, constantemente, se preocupar em erradicar a pobreza, pois é um problema social que gera impactos no curto e longo prazo, no desenvolvimento humano.

Na última década, mais de 36 milhões de pessoas deixaram a pobreza crônica e multidimensional no Brasil, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em 2005, aproximadamente 7% da população não tinha acesso adequado à saúde, educação, habitação e bens e serviços essenciais. Em 2014, esse número caiu para 1% (CANÇÃO NOVA, 2017).

Os números melhoraram, de fato, no entanto, há muito a ser feito. Ou seja, é essencial que as iniciativas continuem, pois, somente com a ação contínua será possível erradicar a pobreza.

Além do mais, os impactos gerados por esta ODS é contínuo, visto que, se uma população não está sendo suprido com o mínimo da dignidade humana, o essencial, a de fisiologia, como descreve Maslow na pirâmide das necessidades, é quase inimaginável uma pessoa que passa por tal situação conseguir galgar os demais níveis da pirâmide e, portanto, chegar ao topo, na de autorrealização.

Para erradicar a pobreza, o ODS 1 estabelece que a mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, incluindo a cooperação para o desenvolvimento, é essencial ao cumprimento das metas. Outro foco é a construção da resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, com acesso às novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo micro finanças (PNUD, 2016).

A existência de ricos e pobres não é algo “natural”, embora o Papa Leão XIII na *Rerum Novarum* (n. 11) não o tenha deixado claro. A Doutrina Social da Igreja avançou na compreensão sociológica e geopolítica da pobreza, entendendo que temos hoje ‘empobrecidos’.

Em sua homilia em Havana, em 25/01/1998, o Papa João Paulo II denunciava a existência de um “sistema neoliberal capitalista” que impõe pesados fardos às nações mais frágeis, fazendo com que “no concerto das nações haja ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres”.

O Pontífice afirmou, ainda, na *Sollicitudo rei socialis*, que existe uma relação causal entre riqueza e pobreza (n. 14; 16) (CANÇÃO NOVA, 2017).

Portanto, como já mencionava o Papa Leão XIII, a pobreza não é algo inerte ao ser humano, ou seja, é um problema conjuntural presente nas sociedades atuais. No entanto, desde a compreensão do homem, há a ‘divisão’ entre os ricos e pobres, pois é comum, infelizmente, a sobreposição entre os que detêm o capital daqueles que o usufruem, na medida do possível, porém, hoje em dia, principalmente, é bem perceptível à diferença entre as classes, os ricos ficando mais ricos e os pobres ainda mais pobres.

A mesma constatação foi afirmada na Exortação Apostólica A Igreja na América, que atribui ao sistema neoliberal a função ideológica justificadora da brecha crescente entre ricos e pobres (n. 56). Portanto, estamos não apenas diante de um mecanismo de organização econômica, mas diante de um “sistema ético e cultural”, como já havia denunciado João Paulo II na Encíclica *Centesimus Annus* (n. 39), imbuído de pseudos-valores que levam a sociedade a organizar-se de maneira excludente. Por fim, o Pontífice atual, Papa Francisco, é enfático ao se referir ao atual sistema econômico afirmando que “esta economia mata” (*Evangelii Gaudium*, n. 55).

Ou seja, até o sumo pontífice pode perceber que a pobreza é uma ‘epidemia’, um problema estrutural na sociedade moderna. Infelizmente, os pobres são percebidos, por muitos, como uma ‘doença’ a ser “eliminada”. Porém, como uns conseguem jugar seus similares apenas por sua condição ou a falta dela.

O ser humano, em sua essência, é frágil, inclusive, muitas vezes, não é adaptável as constantes mudanças em sua vida. Por exemplo, o dinheiro ou a falta dele impacta as relações interpessoais, principalmente nas relações instáveis, bem comuns na sociedade cotidiana, pois o ‘status’ é levado a um “pedestal”, ou seja, os homens estão sendo resumidos apenas aos seus bens materiais.

Portanto, todos, sem exceção, devem agir em prol da erradicação da pobreza, pois como já dizia na bíblia em João 13,34: “Amai-vos uns aos outros. Como eu vos amei, assim também

vós deveis amar-vos uns aos outros”. Ou seja, o ser humano deve ser humanitário com seus similares.

Dessa forma, enumeraremos algumas atitudes que podem ser tomadas por todos a fim de erradicar a pobreza, são elas:

➤ **NÍVEL MUNDIAL**

• **Informe-se:**

- ❖ Converse com várias organizações e aprenda para onde a maior parte de seu dinheiro vai. Saiba como a economia da pobreza funciona e como o comércio entre os países contribui para a redução ou para o aumento da pobreza;
- ❖ Você vai precisar aprender como o seu próprio governo lida com o fornecimento de ajuda, para onde esse dinheiro vai e como ele é usado. Muitas vezes, os países ricos que fornecem "ajuda", na verdade, limitam o acesso ao mercado dos países atingidos pela pobreza e estipulam condições aos pacotes de ajuda. Assim, os países que recebem a ajuda devem utilizar os bens e serviços dos países doadores a um preço exacerbado;
- ❖ Aprender como funcionam a ajuda e a economia da pobreza irá fazê-lo determinar as organizações que são dignas de seu apoio;
- ❖ Às vezes, é mais eficaz mostrar o seu apoio a um projeto de lei específico, como a Lei de Segurança Alimentar Global nos EUA. Confira a página da Legislação em borgenproject.org para ver quais os projetos de lei de combate à pobreza estão chegando atualmente à Câmara dos Representantes e ao Senado.

• **Apoie uma organização de combate à pobreza.**

- ❖ Há uma enorme quantidade de organizações sem fins lucrativos e não governamentais que buscam erradicar a pobreza. As melhores organizações tendem a serem aquelas que apoiam o desenvolvimento econômico e a autossuficiência do país em desenvolvimento, em vez de simplesmente despejar dinheiro e produtos supervalorizados, que serão de pouca ajuda;
- ❖ Dê o dinheiro diretamente para aqueles que necessitam. Grupos como o Give Directly or Kiva ajudam você a dar o dinheiro diretamente para aqueles que mais precisam em lugares como Quênia e Uganda. O

programa permitiu que pessoas, que de outra forma não teriam meios, comprassem uma motocicleta para usar como um táxi ou um moinho para entrar no ramo da moagem de milho. A ideia é que o dinheiro chegue àqueles que necessitam sem passar pelas mãos das instituições de caridade, que podem ou não estarem realmente fornecendo ajuda e dando oportunidades;

- ❖ Uma organização como a Mercy Corps se concentra em fornecer medidas de emergência para países em estado de turbulência. Estes países estão prontos para desafiar o status quo e construir uma forma de resistência a futuras turbulências. As medidas de emergência são importantes para minimizar os desastres das emergências, como ocorreu, por exemplo, nos EUA com o furacão Katrina, nas Filipinas e no Japão com os terremotos;
 - ❖ A capacitação das mulheres é extremamente importante na erradicação da pobreza. Ela deve acontecer por meio da educação e do acesso à reprodução independente. As mulheres educadas tendem a ter menos filhos, menos partos prematuros e menos gravidezes indesejadas. Como as mulheres são frequentemente as primeiras professoras das crianças, elas podem transmitir a sua educação e formar uma base para a educação das crianças em suas comunidades;
 - ❖ Capacitar as comunidades locais, em vez de simplesmente fornecer comida ou roupas, ajuda essas comunidades a crescerem e se tornarem autossuficientes, o que, por sua vez, reduz a pobreza na comunidade. Capacitar o pessoal local significa dar acesso à educação, à saúde e a mais oportunidades.
- **Faça serviço voluntário.**
 - ❖ Existem diversas maneiras de se voluntariar em escala global. Você pode doar seu dinheiro ou seu tempo para organizações que estão ajudando a combater a pobreza global. Ao se voluntariar, você não apenas apoia causas nobres, mas realmente luta por elas.
 - ❖ Mantenha uma arrecadação de fundos para uma organização de sua escolha. A arrecadação de fundos vai ajudar tanto a levantar dinheiro como a aumentar a conscientização, o que pode ser uma boa maneira de ajudar.

- ❖ Se você estiver interessado em patrocinar uma criança para dar-lhe educação e alimento, então a worldvision.org pode ser sua melhor opção. Outras instituições de caridade conhecidas são a Heifer International (que ajuda a doar uma cabra, uma vaca ou outros animais para uma família necessitada), Doctors Without Borders (que presta serviços médicos gratuitos onde eles são necessários) e a SOS Children's Villages (que ajuda a encontrar famílias para crianças órfãs e dá apoio aos aidéticos);
- ❖ Na verdade, você pode trabalhar tanto no exterior como em sua própria comunidade para reduzir a pobreza. Contate a organização de sua escolha e veja quais oportunidades eles oferecem para quem quer ajudar a reduzir a pobreza.

➤ NÍVEL LOCAL

- **Localize as áreas necessitadas de sua comunidade.**
 - ❖ Você pode conseguir essa informação entrando em contato com o departamento de serviço social local ou com as instituições religiosas/de caridade. Descubra o que você pode fazer para ajudar a sua comunidade e o que é necessário;
 - ❖ Dê apoio aos abrigos locais. Doe o seu dinheiro/tempo para os abrigos locais para garantir que eles sobrevivam. Muitos abrigos foram retirados das áreas da cidade, onde são mais necessários, porque eles têm "má aparência";
 - ❖ Seja um voluntariado nos abrigos locais e no sopão. Isto lhe dará a oportunidade de conhecer as pessoas que os utilizam, dando, assim, um rosto e uma voz à pobreza. Além disso, discuta com eles o que eles precisam.
- **Apoie leis e projetos de leis que ajudam a reduzir a pobreza.**
 - ❖ Preste atenção às leis e aos projetos de leis a serem promulgados em sua região, ou no seu país. Proteste contra as leis que procuram punir os pobres simplesmente por serem pobres;
 - ❖ Lute por um salário mínimo digno e pelas leis básicas de proteção trabalhista para os trabalhadores, para que essas pessoas possam viver apenas de seus salários, em vez de serem forçadas a ter dois ou três empregos de salário mínimo que mal alimentam suas famílias;

- ❖ Entre em contato um senador ou deputado por telefone ou e-mail e diga que você quer o aumento da verba para medidas de combate a pobreza. Um telefonema só vai durar 15 segundos e ninguém vai fazer perguntas. Os líderes eleitos querem dar o que as pessoas em seu círculo eleitoral querem, por isso, se mais pessoas ligarem querendo mais verba para as medidas de combate à pobreza, então, os congressistas vão aprovar leis a esse respeito.
- **Faça doações.**
 - ❖ As doações, especialmente em dinheiro, para certas organizações locais vão fazer uma enorme diferença no combate à pobreza em sua comunidade;
 - ❖ A maioria das organizações que trabalham para reduzir a pobreza têm orçamentos apertados e pouco financiamento, e elas precisam de toda a ajuda que puderem obter dos membros da comunidade;
 - ❖ Dedique seu tempo para instituições de caridade. Ajude na distribuição de sopa ou de cestas básicas, principalmente durante as férias;
 - ❖ Doe brinquedos e roupas para uma instituição de caridade. Certifique-se de que as roupas e os brinquedos estejam em boas condições e não estejam manchados ou danificados;
 - ❖ Doe alimentos. Bancos de alimentos precisam de alimentos nutritivos e não perecíveis, como carnes, grãos, frutas e legumes enlatados. Doe também temperos fechados. Temperos são muito caros para pessoas que estão desabrigadas ou passando por necessidades, mas eles podem fazer toda a diferença em uma refeição mais saborosa.

CONCLUSÃO

Por meio deste trabalho podemos aferir os seguintes aspectos:

A erradicação da pobreza é uma ODS de suma importância na atualidade, pois é através dela que diversos outros aspectos podem ser desenvolvidos. Ou seja, uma sociedade “sem” fome pode-se desenvolver socialmente, isto é, ao atingir um dos pilares da pirâmide de Maslow, o indivíduo pode galgar novos “degraus” a fim de atingir a autorealização.

Além do mais, ao erradicar a pobreza, a sociedade torna-se mais humana. Por exemplo, o ser humano que está em dia com suas necessidades primárias será capaz de se

autodesenvolver, portanto, capaz de “produzir” seja bens de consumo ou até mesmo cultura, produção intelectual.

Portanto, a ODS 1 é responsável por “desencadear” as demais. Na verdade, os 17 objetivos da ONU está em constante conexão. Em nível global é necessário à inter-relação entre todas as ODS, pois elas fazem parte do desenvolvimento do homem como ser social, ou seja, pertencente ao meio e, como tal, integrante das mudanças, no curto e longo prazo.

REFERÊNCIAS

- [1] BORGEM. 10 maneiras de reduzir a pobreza no mundo. Disponível em: <<https://borgenproject.org/10-ways-to-reduce-poverty-in-the-world/>>. Acesso em: 24 de Junho de 2019
- [2] CAMPELLO, T. A estratégia brasileira para erradicar a extrema pobreza. Disponível em: <https://jornalgnn.com.br/politicas-sociais/a-estrategia-brasileira-para-erradicar-extrema-pobreza-por-tereza-campello/>. Acesso em: 27 de abril de 2019
- [3] CURTIS, R. Junte-se ao projeto todo mundo para acabar com a pobreza. Disponível em: <http://conexaoplaneta.com.br/blog/junte-se-ao-projeto-todo-mundo-para-acabar-com-a-pobreza/>. Acesso em: 27 de Abril de 2019
- [4] DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Escolas de todo o país vão divulgar vídeos sobre desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://abm.org.br/ods/escolas-de-todo-o-pais-va-divulgar-videos-sobre-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em 28 de Abril de 2019.
- [5] ENGEL, J.; Valdir, J. Projeto visa combater a fome na África ganha site exclusivo. Disponível em: <https://guiame.com.br/colunistas/joel-engel/projeto-que-visa-combater-fome-na-africa-ganha-site-exclusivo.html>. Acesso em: 27 de abril de 2019.
- [6] GLOBO. ONU estabelece planos para erradicar a extrema pobreza em 15 anos. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/onu-estabelece-plano-para-erradicar-extrema-pobreza-em-15-anos.html>. Acesso em: 27 de Abril de 2019
- [7] MAGALHÃES, Lana. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/agenda-2030/>>. Acesso em 28 de Abril de 2019.
- [8] ETO, P. Educação para erradicar a pobreza. Disponível em: <<https://www.paivanetto.com/pt/educacao/educacao-para-erradicar-pobreza>>. Acesso em: 23 de Junho de 2019

- [9] ONU Brasil. ONU pede ação internacional para enfrentar as causas da pobreza. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-pede-acao-internacional-para-enfrentar-as-causas-da-pobreza/>>. Acesso em 24 de Junho de 2019
- [10] PNUD - Erradicação da pobreza garante desenvolvimento e inclusão social no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pnud-erradicacao-da-pobreza-garante-desenvolvimento-e-inclusao-social-no-brasil/>>. Acesso em: 27 de Abril de 2019.
- [11] RALLO, J. R. Por que é impossível acabar com a pobreza por meio da redistribuição de renda. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2727>>. Acesso em 20 de Maio de 2019.
- [12] RIBEIRO, B. A Criança e o Adolescente nos ODS: Erradicação da Pobreza. . Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/blogs/bruna-ribeiro/a-crianca-e-o-adolescente-nos-ods-erradicacao-da-pobreza/>>. Acesso em: 28 de Abril de 2019.
- [13] RIZZO, E. Fome no mundo: como pode ser solucionada. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/fome-no-mundo-como-ser-solucionada/>>>. Acesso em: 19 de maio de 2019.
- [14] SACHS, J. É possível erradicar a pobreza. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/e-possivel-erradicar-a-pobreza/>. Acesso em 27 de Abril de 2019
- [15] TERRA. ONU: África pode acabar com a fome até 2025, diz autoridade. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/africa/onu-africa-pode-acabar-com-a-fome-ate-2025-diz-autoridade,6c9854e0be31b410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>. Acesso em: 27 de abril de 2019